

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

2019 - 2023

Agosto/2022

Conceição do Araguaia/PA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
2019 - 2023**

Agosto/2022

Conceição do Araguaia/PA

**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO PARÁ**

REITOR

Cláudio Alex Jorge da Rocha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Elinilze Guedes Teodoro

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Ana Paula Palheta Santana

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Fabício Medeiros Alho

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

Raimundo Nonato Sanches de
Souza

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Danilson Lobato da Costa

DIRETOR EXECUTIVO

André Moacir Lage Miranda

**DIRETOR DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Fábio Dias dos Santos

**CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
DIRETOR GERAL**

Vitor Silva Barbosa

**DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO, INOVAÇÃO E
EXTENSÃO**

Maria do Carmo Vieira Filha

**COORDENADOR DA COORDENAÇÃO
DE ENSINO E POLÍTICAS E
EDUCACIONAIS**

Marcos Ferreira da Silva

**CHEFE DO SETOR DE PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

Janaina Muniz Picolo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Dilcileno Santos Ferreira

**COMISSÃO LOCAL DO PDC
PORTARIA Nº205/2020 IFPA/CAMPUS
CDA**

PRESIDENTE

Dilcileno Santos Ferreira

VICE-PRESIDENTE

Anaísa Duarte de Oliveira

MEMBROS TITULARES

Ana Maria Barreto Rodrigues

Brenda Franklin

Euzeni de Souza Mundoco

Leandro

Alves

Ribeiro

2º Versão

Data	Versão	Descrição	Autor
30.08.2022	2º	Incluído codificação obrigatória Inclusão de indicadores Atualização de nomenclatura	Dilcileno Ferreira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Estratégico do Campus de Conceição do Araguaia	10
Figura 2 - Cadeia de Valor do IFPA.....	31
Figura 3 - Organograma Campus Conceição do Araguaia Resolução nº 105/2020.....	81
Figura 4 - Modelo de Negócio do Campus Conceição do Araguaia.....	87
Figura 5 - Componentes adotadas na gestão de riscos.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Conceição do Araguaia, para o período de vigência do PDI 2019-2023.	17
Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos	32
Quadro 3 - Macroprocessos de Gestão	33
Quadro 4 - Macroprocessos de Suporte.....	35
Quadro 5 – Cursos em funcionamento no ano de 2018.....	56
Quadro 6 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.....	57
Quadro 7 -	71
Quadro 8 - Cronograma geral do desenvolvimento das ações de avaliação interna no Campus IFPA/Conceição do Araguaia-PA.	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.....	60
Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.....	60
Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	61
Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.....	63
Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	63
Tabela 6 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.....	65
Tabela 7 – Quantitativo do corpo técnico-administrativo por nível de classificação e qualificação profissional no ano de 2018.	65
Tabela 8 – Quantitativo e percentual do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.	65
Tabela 9 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	66
Tabela 10 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.	67
Tabela 11 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.....	68
Tabela 12 - Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.....	69
Tabela 13 -Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.....	70
Tabela 14 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.	75
Tabela 15 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDIN – Auditoria Interna
BSC – *Balanced Scorecard*
CEAGRO– Centro Experimental Agroecológico
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONDIR – Conselho Diretor
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CDA – Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação
CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPDAI – Coordenação de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional
DAP – Diretoria de Administração
DE – Dedicação Exclusiva
DEPEPI – Diretoria de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão
DEPE – Departamento de Ensino e Políticas Educacionais
DG- Diretoria Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
EAD – Educação à Distância
ENEM– Exame Nacional do Ensino Médio
FIC – Formação Inicial e Continuada
GAB – Gabinete
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PAM – Plano Anual de Metas
PARFOR – O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDC – Plano de Desenvolvimento do Campus

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Plano Político Pedagógico

PROAD – Pró-reitoria de Administração

PRODIN – Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROEJA – O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-reitoria de Ensino

PROEX – Pró-reitoria de Extensão

PRONATEC– O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPPG – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

PROSEL – Processo Seletivo

SAE – Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará

SUMÁRIO

1	MÉTODO	3
2	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	3
3	RESULTADOS DO PDC ANTERIOR.....	6
4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS	8
4.1	Missão, Valores e Visão	8
4.2	Direcionamento estratégico	8
4.3	Mapa Estratégico	10
4.4	Objetivos estratégicos.....	11
4.5	Monitoramento	15
a)	4.5.1 Indicadores e metas	15
4.5.2	Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP)	16
4.6	Plano de Ação.....	16
4.7	Cadeia de Valor do IFPA	29
5	PERFIL INSTITUCIONAL.....	36
5.1	Histórico do Campus	36
5.2	Finalidade	38
5.3	Área (s) de atuação acadêmica	39
6	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP).....	40
6.1	Inserção regional.....	41
6.2	Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	42
6.3	Organização didático-pedagógica da instituição	43
6.4	Políticas de Ensino	46
6.5	Políticas de Extensão	48
6.6	Políticas de Pesquisa.....	48
6.7	Políticas de Educação a Distância	49
6.8	Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva	50
6.9	Políticas de Educação Ambiental	51
6.10	Políticas de Educação no Campo.....	51
6.11	Política de Certificação Profissional.....	52
6.12	Responsabilidade Social do Campus.....	53

7	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	54
7.1	Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023	54
8	PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	60
8.1	Composição	60
8.2	Plano de carreira	61
8.3	Crêterios de seleçãe e contrataçãe	62
8.4	Procedimentos para substituiçãe (definitiva e eventual) dos professores do quadro	62
8.5	Cronograma e plano de expansãe do corpo docente	63
8.6	Experiênciãe dos docentes no magistêrioe	64
9	PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	64
9.1	Composição	64
9.2	Plano de carreira	66
9.3	Formas de Desenvolvimento	66
9.4	Crêterios de seleçãe e contrataçãe	66
9.5	Cronograma e plano de expansãe do corpo técnico-administrativo.....	67
10.	INFRAESTRUTURA.....	68
10.1	Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansãe para o período de vigênciãe do PDC	68
10.2	Biblioteca.....	69
10.3	Laboratôrioe de Informáticãe e Equipamentos de Tecnologia da Informaçãe.....	74
10.4	Recursos tecnolôgicoe e de audiovisual para uso administrativo.....	75
10.5	Plano de promoçãe de acessibilidãe e de atendimento diferenciado a portadoreoe de necessidãeoe especiais	76
10.6	Plano de substituiçãe de veículoe	77
11	ORGANIZAÇãe ADMINISTRATIVA DO CAMPUS E POLÍTICAE DE GESTãe DO IFPA.....	77
11.1	Estrutura Organizacional, Instânciãe de Decisãe e Organograma Institucional e Acadêmicoe	78
11.1.1	Estatuto	78
11.1.2	Regimento Geral.....	78
11.1.3	Regimento Disciplinar Discente.....	78
11.1.4.	Instânciãe de Decisãe.....	79

11.1.5. Forma de Funcionamento e Organização do Campus	79
11.2 Órgãos Colegiados.....	82
11.2.1 CONDIR e outros	82
11.3 Políticas de Gestão do IFPA	83
11.3.1 Política de Gestão Integrada	83
11.3.2 Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação	83
11.3.3 Política de Gestão de Pessoas	84
11.3.4 Políticas de Gestão por Processos	85
11.3.5 Políticas de Gestão de Riscos e Controles.....	86
11.3.6 Política de Meio Ambiente	86
11.3.7 Modelo de Gestão do Campus.....	87
12. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	89
12.1 Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços)	89
12.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro	90
12.3 Organização estudantil	91
12.4 Acompanhamento dos egressos	92
13. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	93
14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	97
15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC	98
16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS	99

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento do Campus Conceição do Araguaia (PDC) tem como finalidade apresentar e direcionar as ações estratégicas a serem desenvolvidas no âmbito do Campus para o período de 2019-2023, sendo elaborado em consonância ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Previsto no Regimento Interno do IFPA, o PDC é um dos principais documentos para a política organizacional do Campus, como também para avaliação dos seus cursos superiores pelo Ministério da Educação (MEC). Para o Campus, este documento é um instrumento de planejamento estratégico, que aborda a missão; valores; visão de futuro; objetivos estratégicos; plano de ação; as políticas de ensino; extensão e pesquisa adotadas; política de assistência aos discentes; cronograma de implantação de cursos; infraestrutura; plano de investimento e o perfil do corpo docente e técnico-administrativo. Reflete, ainda, todos os aspectos do Campus, desde o ambiente interno até sua relação com a sociedade.

Vale ressaltar que este documento passou por uma revisão devido aos impactos da pandemia de COVID-19, que trouxeram efeitos inesperados sobre o PDC, uma vez que medidas e normativos alteraram as rotinas administrativas e pedagógicas. Portanto, fez-se necessário ajustar os indicadores e metas subdimensionadas ou superdimensionadas e a substituição ou retirada de indicadores que se mostraram inadequados durante o primeiro ano de vigência do plano.

Nesse sentido, o PDC 2019-2023 com as devidas alterações oriundas do processo de revisão, realizado em conformidade com a legislação e instruções normativas em vigor, em busca de um efetivo alcance dos objetivos e metas em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na oferta de educação profissional e tecnológica, visando atender às demandas externas e contribuir para desenvolvimento da região Sul do Estado do Pará.

Portanto, este documento é uma ferramenta de acompanhamento das ações e metas que contemplem o planejado no decorrer de sua vigência e que este auxilie o Campus no cumprimento de suas ações.

1 MÉTODO

O Plano de Desenvolvimento do Campus Conceição do Araguaia (PDC) foi construído de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 1693/2019/GAB, no que concerne aos itens que devem contemplar.

Para isso, a elaboração do PDC ocorreu em 5 (cinco) fases, descritas a seguir:

- 1) Planejamento das atividades de elaboração do PDC pela Comissão Local do Campus;
- 2) Levantamento das informações produzidas pelas oficinas de elaboração do PDI que serão utilizadas no PDC;
- 3) Organização e consolidação das informações para elaboração da minuta do PDC;
- 4) Apresentação e discussão da minuta do PDC com servidores e discentes;
- 5) Aprovação da minuta pela comunidade acadêmica e pelo Conselho Diretor do Campus (CONDIR).

Uma das principais fases do PDC ocorreu por meio das oficinas, as quais contaram com a participação da comunidade acadêmica na elaboração dos objetivos, indicadores e metas para o Campus, assim como o estabelecimento da missão, valores e visão. Ainda, nas oficinas foram utilizadas as ferramentas: Matriz SWOT, para realizar a análise de cenário; Matriz CEB com a finalidade de priorizar os objetivos a partir da análise do seu Custo, Esforço e Benefício; e para organização e definição dos objetivos foi utilizada a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC).

Cabe ressaltar que com a utilização do BSC foi possível criar as estratégias e organizar os objetivos e indicadores a partir de perspectivas, que compõem o mapa estratégico deste PDC.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O PDC é o documento que identifica o Campus, construído com base na legislação vigente e de acordo com o PDI 2019-2023, apresenta, ainda, os seguintes documentos utilizados para a sua elaboração:

- **Lei nº 11.091/2005** - Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, alterada pela Lei nº 11.784/2008.
- **Lei nº 11.892/2008** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- **Lei nº 12.056/2009** - Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei N 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que tratam da formação inicial, continuada e capacitação para o uso de recursos da educação a distância na formação de profissionais do magistério.
- **Lei nº 12.772/2012** - Estruturou, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreira e Cargo de Magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.
- **Resolução nº 26/2012** - CNE/CEB - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- **Resolução nº 041/2015** - CONSUP/IFPA - Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.
- **Resolução nº 111/2015** - CONSUP/IFPA - Cria as áreas de abrangência dos Campus do IFPA.
- **Portaria nº 246/2016** - MEC - Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.
- **Resolução nº 148/2016** - CONSUP /IFPA - Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
- **PPP – 2016/CDA**- Projeto Político Pedagógico do Campus Conceição do Araguaia.
- **PDC 2014 – 2018/CDA** - Plano de Desenvolvimento do Campus Conceição do Araguaia 2014-2018.
- **Resolução nº 174/2017** - CONSUP/IFPA - Estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

- **Portaria nº 179/2019 – ME** - Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.
- **Resolução nº 101/2019 – CONSUP/IFPA** - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional, vigência 2019 a 2023, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
- **Resolução nº 105/2020 – CONSUP/IFPA** - Cria a Estrutura Organizacional do Campus Conceição do Araguaia do IFPA.

3 RESULTADOS DO PDC ANTERIOR

O Campus ao decorrer de sua implementação vem desenvolvendo a oferta de cursos em diferentes níveis, dentre eles, a implantação dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, sendo estes, técnico em Edificações e Técnico em Agropecuária. Além desses, ofertava cursos de qualificação profissional na Modalidade de Formação Inicial e Continuada – FIC em diferentes áreas.

Houve, ainda, a contratação de servidores para compor o corpo técnico e docente do Campus, à medida que surgiu a necessidade para a manutenção e o desenvolvimento do Campus. Em relação ao acompanhamento e monitoramento dos objetivos e metas, esses não ocorriam de forma efetiva, uma vez que naquele período não era realizado o monitoramento da execução das metas do PDC. Apresentamos a seguir as principais metas cumpridas e não cumpridas, conforme descritivo abaixo:

Dimensão do Ensino

- Implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).
- Regulamentação do Período Letivo Especial, Conselho de Classe e Estudo Dirigido.
- Implantação dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, sendo estes, técnico em Edificações e Técnico em Agropecuária.
- Programas (PARFOR, PROEXT, PROCAMPO, PRONATEC, etc.).

Dimensão da Extensão

- Aumento na oferta de estágio aos alunos através de termo de compromissos com empresas locais e projeto de pesquisa desenvolvido no Campus.
- Implantação do Centro de Idiomas.
- VII Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do IFPA - SICTI e o VI Simpósio Brasileiro do Abacaxi.
- Implantação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

Dimensão de Pesquisa

- Implantação do Programa de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI).
- Termo Cooperação com PPGEA/UFRRJ e IFPA o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu a nível de Mestrado Acadêmico aos servidores do Campus.
- Oferta do curso de Especialização em Docência para Educação Profissional Científica e Tecnológica aos servidores.
- O Campus tem o Grupo de Estudos Agroambientais do Médio Araguaia e Alto Xingu (GEAMAAX).
- O Campus não possui programas de apoio a realização de eventos científicos e tecnológicos, no entanto a direção tem incentivado a submissão de projetos às agências de fomento como FAPESPA CNPq e BASA.

Dimensão da Administração

- Implantação da Comissão de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor.
- Oferta de cursos de capacitação aos servidores em parceria com ESAF.
- Implantação do Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional (SPDAI) e Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).
- Aprovação dos projetos Arquitetônico do CEAGRO junto à Reitoria.
- Aumento no número de servidores do Campus.

É importante mencionar que muitas metas foram planejadas sem uma análise criteriosa de que fosse possível sua execução no período de vigência do PDC. Por outro lado, mesmo diante das dificuldades com infraestrutura e pessoal, a execução do planejado pelo Campus ocorreu de forma parcial.

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS

Este Planejamento Estratégico norteará as ações do IFPA Campus Conceição do Araguaia para o próximo quinquênio. Ademais, este capítulo orienta todo o conteúdo, perpassando pelo planejamento da oferta de cursos, organização e gestão de pessoal, da infraestrutura necessária e pela avaliação institucional.

O Campus trabalha o plano estratégico em consonância ao PDI do IFPA. Tendo-o como referência, para o alinhamento das ações a fim de cumprir os objetivos propostos.

Neste tópico, segue o detalhamento da política do Campus.

4.1 Missão, Valores e Visão

Missão: Oportunizar Educação Profissional e Tecnológica nos seus diferentes níveis e modalidades, com ensino, pesquisa, extensão e inovação, priorizando a formação de cidadãos comprometidos com desenvolvimento social, a valorização das diversidades e integração dos saberes.

Visão: Ser uma instituição de referência regional em Educação Profissional e Tecnológica, na formação integral de cidadãos críticos e qualificados para atuação na sociedade e no mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento da região Sul-Paraense.

Valores: A ética, sustentabilidade, transparência, o compromisso, o respeito, efetividade, impessoalidade e equidade.

4.2 Direcionamento estratégico

Ponderando as variáveis do ambiente interno e externo, conclui-se que o contexto atual do Campus Conceição do Araguaia indica a escolha da estratégia de crescimento. Neste contexto o direcionamento estratégico prioriza:

- Reavaliar a oferta de cursos com alta taxa de evasão (principalmente subsequentes);
- Abertura de cursos de graduação em licenciatura e na área de engenharia, além de tornar o Campus Conceição do Araguaia um polo de referência para o EaD;
- Pós-graduação em parceria com outras instituições;

- Melhorar o acervo da biblioteca;
- Investir na infraestrutura (melhoria e criação de novos espaços): salas de aula, laboratórios, refeitório, áreas de convivência, ginásio;
- Diversificação e verticalização das ofertas;
- Arrecadação de receita própria por meio da oferta de serviços especializados: palestras, capacitação, oficinas e análises;
- Criação de portfólio para ofertas de serviços ao público externo (empresas júnior e incubadoras);
- Criação de cultura de pesquisa e desenvolvimento entre professores e alunos de todos os cursos;
- Firmar parcerias com a iniciativa privada para obtenção de recursos financeiros para desenvolvimento dos cursos;
- Ampliação do quadro de servidores.

4.3 Mapa Estratégico



Figura 1 - Mapa Estratégico do Campus de Conceição do Araguaia
Fonte: Baseado no PDI 2019-2023

4.4 Objetivos estratégicos

Por se tratar de itens indispensáveis para o planejamento do Campus, os objetivos estratégicos mantêm alinhamento com o PDI do IFPA. Eles foram elaborados de acordo com o que se espera do Campus em longo prazo, ou seja, a visão de futuro, o que oferece tempo para trabalhá-los tendo como prazo definido durante o quinquênio.

Dessa forma, para manter um fluxo comunicável e articulado, os objetivos estratégicos estão integrados e vinculados às perspectivas do planejamento do Campus Conceição do Araguaia em todos os níveis de atuação, orientados sempre pelos valores e com foco na missão, voltados à transformação da sociedade para o alcance do futuro almejado na visão.

Abaixo, a análise do cenário realizada junto à comunidade acadêmica, o Campus Conceição do Araguaia apresenta as seguintes **forças**:

- Qualificação do corpo docente e técnico-administrativo;
- Localização geográfica;
- Atendimento à demanda local;
- Instalações físicas;
- Ensino, pesquisa e extensão;
- Educação inclusiva;
- Descentralização orçamentária;
- Auxílio estudantil;
- Existência de equipe multidisciplinar;
- Existência do Centro Experimental Agroecológico (CEAGRO);
- Ensino público gratuito de qualidade;
- Falta de concorrência na oferta de cursos de atuação do IFPA;
- Qualidade do ensino;
- Aulas presenciais contínuas;
- Pós-graduação gratuita;
- Laboratórios equipados;
- Biblioteca (estrutura);

Em relação às **fraquezas** do Campus Conceição do Araguaia estão listadas:

- Insuficiência e gestão de recursos;
- Falha de comunicação;
- Ausência de ergonomia organizacional;
- Espaço físico insuficiente;
- Baixa qualidade da internet;
- Falha no planejamento de compras;
- Recursos tecnológicos insuficientes;
- Manutenção predial insuficientes;
- Infraestrutura do CEAGRO;
- Dificuldades na aplicação de PROSEL;
- Burocratização;
- Livros insuficientes;
- Falta gabinete para os docentes;
- Deficiência orçamentária;
- Rotatividade de servidores;
- Escassez de oferta de capacitação;
- Falta de profissionais especializados – AEE;
- Forma de distribuição dos auxílios;
- Falha no planejamento na implantação de curso;
- Falhas no funcionamento da reprografia;
- Ausência de parcerias para estágio;
- Falta de aulas práticas em laboratório para Gestão Ambiental;
- Desigualdade entre cursos nas visitas técnicas;
- Insuficiência dos equipamentos;
- Comutação bibliográfica;
- Insuficiência bibliográfica;
- Sala dos professores inadequada;
- Falta de ônibus;
- Número insuficiente de salas;
- Evasão;
- Insuficiência de financiamento de projeto;
- Falta de oferta do Proeja;
- Demora na implementação de cursos estratégicos.

Em relação ao ambiente externo, o IFPA Campus Conceição do Araguaia detectou as seguintes **ameaças**:

- Instabilidade política do Governo Temer;
- Mercado de trabalho não absorve os alunos capacitados;
- Cursos EaD (em outras instituições);
- Restrição orçamentária;
- Concorrência na área educacional;
- Infraestrutura de telecomunicação sucateada e ineficiente;
- Educação básica deficitária;
- Escassez de oportunidade de qualificação/capacitação aos servidores na região;
- Falta de estágios;
- Corte de recursos;
- Restrição das escolas públicas;
- Oferta do ensino básico por escolas públicas no município;
- Distância do Campus de cidades maiores;
- Distância entre o Campus e a Reitoria.

Em relação às análises e observações do cenário externo foram listadas as seguintes **oportunidades**:

- Demanda por oferta de cursos estratégicos e verticalização;
- Parcerias com entidades externas;
- Rio Araguaia como fonte de pesquisa;
- Projetos de assentamento = APL;
- Demanda por cursos (Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e TADS);
- Demanda por cursos EaD;
- Parcerias para implementação de polos em outros municípios;
- Região em expansão econômica;
- Demanda de qualificação profissional;
- Região favorável ao desenvolvimento agrário;
- Demandas locais por possíveis cursos;
- Parcerias com organizações públicas e privadas;

- Segurança da cidade de localização da sede;
- Abrangência regional;
- Presença de IES na região;
- Carência de resultado de pesquisa.

Diante do exposto, os objetivos estratégicos dispostos nas perspectivas do Planejamento Estratégico do IFPA – Campus Conceição do Araguaia foram elaborados a partir da análise dos resultados do PDC vigente e do cruzamento do resultado da Matriz SWOT.

1 - Aprendizado e Crescimento (AC)

AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados;

AC2 - Implementar a Governança Institucional.

2 - Infraestrutura e Tecnologia (IT)

IT1 - Consolidar e ampliar a infraestrutura;

IT2 - Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados.

3 - Orçamento e Finanças (OF)

OF1 – Otimizar a execução orçamentária e financeira.

4 – Processos Internos (PI)

PI1 – Institucionalizar e expandir a EaD;

PI2 – Aumentar a qualidade da formação acadêmica;

PI3 – Fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;

PI4 – Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem;

PI5 – Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais;

PI6 – Ampliar a oferta de vagas em pós-graduação e qualificação dos servidores;

PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação;

PI8 – Promover pesquisa científica e tecnológica;

PI9 – Estimular a difusão do conhecimento;

PI10 – Melhorar a gestão documental.

5 – Resultados à sociedade (RS)

RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social;

RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade;

RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade;

RS4 – Ampliar a sustentabilidade ambiental.

4.5 Monitoramento

Neste tópico constam informações do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP).

a) 4.5.1 Indicadores e metas

Os indicadores são métricas que geram informações, permitindo acompanhar o desenvolvimento dos objetivos estratégicos, identificando avanços, melhorias na qualidade, correção de problemas e necessidade de mudança.

Além disso, eles são instrumentos de gestão que são essenciais para o acompanhamento dos resultados alcançados em relação aos objetivos definidos no Planejamento Institucional. A partir do lançamento de dados geram informações, permitindo acompanhar o desenvolvimento dos objetivos estratégicos, identificando avanços, melhorias na qualidade, correção de problemas e necessidade de mudança.

Nesse contexto, os indicadores existem para medir aspectos expressivos para a instituição, como: controle, melhoria, informação e outros. Além disso, busca aferir se os objetivos estratégicos estabelecidos estão sendo alcançados. As metas são o caminho a ser

percorrido para que se possa alcançar o objetivo almejado pela instituição no que tange aos aspectos quantitativos e qualitativos.

As metas estabelecidas pela Instituição têm que refletir a sua realidade, outrossim, ela representa o estado futuro de um desempenho desejado. Para este fim, são temporais e estritamente ligados a prazos e são mensuráveis. Temos ainda, a meta que é o caminho a ser percorrido para que se possa alcançar o objetivo almejado pela instituição quantitativa e qualitativamente, cada indicador deve apontar uma meta anual a ser alcançada.

4.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP)

O SIGPP é um sistema que auxilia no monitoramento das iniciativas estratégicas executadas anualmente pelo Campus. Para assegurar o alcance dos objetivos do PDC 2019-2023 foram definidos indicadores e metas que serão monitorados constantemente no SIGPP e por meio de Reuniões de Análise das Estratégias (RAE), que avaliará a execução do planejamento estratégico, pautadas nos indicadores de esforço e resultados e das iniciativas estratégicas.

O sistema de monitoramento e avaliação apresentará informações por meio de gráficos, relatórios de atividades e de gestão que refletirão os resultados quantitativos e qualitativos, evidenciando as execuções das ações de formas parciais e finais, trazendo portanto, dados sobre a eficiência do desempenho em conjunto com a eficácia do resultado do que foi planejado, auxiliando assim o desenvolvimento da estratégia e a tomada de decisão referente à solução dos problemas identificados, direcionando as ações, efetivamente, para o alcance da visão de futuro. Ou seja, é um sistema que auxilia a gestão no monitoramento das ações executadas anualmente no Campus.

4.6 Plano de Ação

O plano de ação, apresentado no Quadro 1, é a consolidação em forma de planilha de todos os objetivos estratégicos, indicadores, metas, prazos, responsáveis e previsão orçamentária durante a vigência do PDI 2019-2023.

Quadro 1 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Conceição do Araguaia, para o período de vigência do PDI 2019-2023.

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados	AC1.1 – Percentual de servidores assistidos em Saúde e Qualidade de Vida	Nº de servidores assistidos pelo Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida / Nº total de servidores * 100	Percentual(%)	32%	–	32%	32%	32%	CGP	PROGEP
	AC1.4 – Índice de Titulação Docente	(Nº de Doutores * 5 + Nº de Mestres * 4 + Nº de Especialistas * 3 + Nº de Aperfeiçoados * 2 + Nº de Graduados * 1) / Nº Total de docentes	Outra	–	4	4	4	4	CGP	PROGEP
	AC1.5 – Índice de Titulação dos Servidores Técnico-Administrativos	(Nº de Doutores * 5 + Nº de Mestres * 4 + Nº de Especialistas * 3 + Nº de Aperfeiçoados * 2 + Nº de Graduados * 1 + Nº de Não Graduados * 0,5) / Nº Total de Técnico-administrativos	Outra	–	3	3	3	3	CGP	PROGEP
	AC1.6 – Percentual de satisfação dos servidores	Nº de servidores satisfeitos / Nº total de servidores * 100	Percentual(%)	–	–	80%	80%	80%	CGP	PROGEP
	AC1.7 – Percentual de processos da área	Nº de processos padronizados da área de gestão de pessoas / Nº total de processos mapeados da área de	Percentual(%)	–	–	40%	40%	40%	CGP	PROGEP

	de gestão de pessoas padronizados	gestão de pessoas * 100								
AC2 - Implementar a Governança Institucional	AC2.1 – Percentual de processos de negócio modelados	(Nº de processos de negócio modelados / Nº total de processos de negócio identificados) * 100	Percentual(%)	–	20%	20%	30%	30%	SPDAI	DPDI
	AC2.2 – Percentual de eficácia na execução do PDC	Nº de metas alcançadas / Nº total de metas previstas no PDC para cada exercício * 100	Percentual(%)	–	60%	100%	100%	80%	SPDAI	DPDI
	AC2.4 – Percentual de Execução Orçamentária alinhada aos Objetivos Estratégicos	(Valor executado alinhado aos objetivos estratégicos / Valor total da execução orçamentária) * 100	Percentual(%)	–	60%	60%	60%	60%	SPDAI	DPDI
	AC2.5 – Percentual de projetos de gestão gerenciados	Nº de projetos de gestão gerenciados / Nº total de projetos de gestão identificados * 100	Percentual(%)	–	–	20%	40%	40%	SPDAI	DPDI
	AC2.6 – Média do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos	Soma do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos identificados pelas	Percentual(%)	–	–	100%	100%	80%	SPDAI	DPDI

	Riscos	unidades / N° total de riscos identificados * 100								
IT2 – Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação de dados	IT2.2 – Percentual de Analistas e Técnicos de TI alinhados ao PETI	N° de participantes no encontro dos Analistas e Técnicos de TI / N° total de Analistas e Técnicos de TI em exercício na função * 100	Percentual(%)	–	80%	80%	80%	80%	TI	DTI
	IT2.5 – Número de Projetos Avançados de infraestrutura de comunicação de dados	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	5	1	1	TI	DTI
	IT2.6 – Número de Projetos Avançados de Governança de TI alinhados à Governança Institucional	Não tem fórmula.	Unidades ¹	–	1	4	1	1	TI	DTI
OF1 – Otimizar a execução	OF1.2 – Percentual de custeio em	N° de recursos aplicados em manutenção predial preventiva e corretiva / N° total de recursos da	Percentual ²	–	–	5%	3%	3%	DA	PROAD

¹ Nos indicadores IT2.5 e IT2.6, as unidades informadas não seguem num crescente, o fato se deu devido à pandemia que como consequência afetou o cenário local, regional e nacional. Tendo forte influência nos indicadores.

² Os percentuais para o atingimento da meta sofreram redução, tendo em vista o cenário pandêmico.

orçamentária e financeira	Manutenção Predial Preventiva e Corretiva	Matriz Orçamentária * 100								
	OF1.4 – Percentual de arrecadação de recursos	Nº de recursos (R\$) arrecadados / Nº de recursos (R\$) disponibilizados na Matriz * 100	Percentual	–	–	20%	–	5%	DA	PROAD
PI1 - Institucionalizar e expandir a EaD	PI1.1- Polo(s) de apoio presencial criado(s)	Não tem fórmula	Unidade (Cumulativo)	–	–	–	–	1	DE	CTEAD
	PI1.2 – Número de cursos na modalidade a distância disponíveis para a oferta	Não tem formula	Unidade (Cumulativo)	–	–	–	–	1	DE	CTEAD
	PI1.3 – Percentual de vagas ofertadas para cursos na modalidade a distância	Nº de Vagas autorizadas para cursos na modalidade a distância / Nº Total de Vagas ofertadas * 100	Percentual(%)	–	5%	7%	7%	7%	DE	CTEAD
PI2 - Aumentar a qualidade da formação acadêmica	PI2.1 – Número de parcerias firmadas, visando ao fomento de vagas de estágio, cooperação	Não tem fórmula.	Unidades	–	5	5	12	15	Coordenação de extensão	PROEX

	técnica, intercâmbio de servidores, discentes e egressos									
	PI2.2 – Número de vagas de Estágio fomentadas por meio de parcerias firmadas	Não tem fórmula.	Unidades	–	5	10	30	40	Coordenação de extensão	PROEX
PI3 - Fortalecer a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.	PI3.2 – Número de projetos executados nos Núcleos de Extensão (NAC, NEL, NTA, NEABI, entre outros)	Não tem fórmula.	Unidades	–	5	5	5	5	Coordenação de extensão	PROEX
	PI3.3 – Número de projetos executados por meio da Curricularização da Extensão	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	4	4	4	Coordenação de extensão	PROEX
	PI3.5 – Número de Cursos FIC ofertados pelo Centro de	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	2	2	2	Centro de Idiomas	PROEX

	Idiomas									
PI4 - Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem	PI4.1 – Percentual de cursos de graduação participantes do Programa de Monitoria	Nº de Cursos de Graduação Participantes do Programa de Monitoria / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual(%)	–	100%	100%	100%	100%	DE	PROEN
	PI4.2 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e de Ensino de Graduação com política de nivelamento implementada	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação com política de nivelamento implementada / Nº Total de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação * 100	Percentual(%)	–	20%	50%	50%	50%	DE	PROEN
	PI4.3 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e Ensino de Graduação com projetos de ensino desenvolvidos	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação com projetos de ensino desenvolvidos / Nº Total de Cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação * 100	Percentual(%)	–	15%	20%	20%	20%	DE	PROEN

	PI4.4 – Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE	Nº de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE / Nº Total de estudantes com necessidades educacionais específicas * 100	Percentual(%)	–	80%	80%	80%	80%	DE	PROEN
	PI4.5 – Percentual de cursos de graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão	Nº de Cursos de Graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual(%)	–	100%	100%	100%	100%	DE	PROEN
	PI4.6 – Percentual de cursos de licenciatura participantes de Programa de Iniciação à Docência	Nº de Cursos de Licenciatura Participantes do Programa de Iniciação à Docência / Nº Total de Cursos de Licenciatura * 100	Percentual(%)	–	–	100%	100%	100%	DE	PROEN
PI5 - Fomentar	PI5.2 – Número	Não tem fórmula.	Unidades	–	2	2	2	2	Coordenação	PROEX

políticas e programas institucionais e governamentais	de projetos executados por meio do Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA (PRO-EXTENSÃO)								de extensão	
	PI5.4 – Número de Unidades Empreendedoras implantadas	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	1	1	1	Coordenação de extensão	PROEX
	PI5.5 – Percentual de egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE)	Nº de egressos dos últimos 3 anos atendidos pelo PPAE / Nº de egressos dos últimos 3 anos *100	Percentual(%)	–	3%	5%	5%	3%	Coordenação de extensão	PROEX
	PI5.6 – Número de Boletins produzidos pela Rede OMT	Não tem fórmula.	Unidades	–	2	4	4	1	Coordenação de extensão	PROEX
	PI5.7 – Percentual de Egressos inseridos no	Nº de egressos inseridos no mercado de trabalho dos últimos 3 anos / Nº Total egressos formados dos últimos 3 anos * 100	Percentual(%)	–	–	5%	5%	3%	Coordenação de extensão	PROEX

	mercado de trabalho									
PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação	PI7.1 – Percentual de requisitos de Acessibilidade	Nº de requisitos de acessibilidade atendidos / Nº total de requisitos de acessibilidade estabelecidos na legislação * 100	Percentual(%)	–	–	–	10%	10%	DA	PROAD
	PI7.3 – Média das notas dos cursos no Conceito de Curso (CC)	Soma das Notas das Avaliações <i>in loco</i> / Nº de Cursos Avaliados	Unidades	–	4	4	4	4	DE	PROEN
PI8 - Promover pesquisa científica e tecnológica	PI8.3 – Número de Eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (ICTI)	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	1	1	1	Coordenação de Pesquisa	PROPPG
	PI8.4 – Número de Projetos de Pesquisa executados em parceria com o setor produtivo	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	1	2	2	Coordenação Pesquisa	PROPPG
PI10 – Melhorar a gestão	PI10.3 – Número de documentos organizados de acordo com o	Não tem fórmula.	Unidades	–	–	–	2	30	DA	Setor de Protocolo e Arquivo Central

documental	CONARQ									
	PI10.4 – Implementação da Política de Arquivo Institucional	Não tem fórmula.	Binário(Sim/Não)	–	–	Sim	Sim	Sim	DA	Setor de Protocolo e Arquivo Central
RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social	RS1.1 – Percentual de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil	Nº de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil / Nº de total de alunos matriculados que atendam os critérios da Política * 100	Percentual(%)	–	60%	60%	60%	60%	DE	PROEN
	RS1.2 – NAPNE estruturado conforme regulamentação	Não tem fórmula.	Binário(Sim/Não)	–	Sim	Sim	Sim	Sim	DE	PROEN
	RS1.3 – Política de Ações Afirmativas Específicas implementada	Não tem fórmula.	Binário(Sim/Não)		Sim	Sim	Sim	Sim	DE	PROEN
	RS1.4 – Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma	Nº de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual(%)	–	25%	25%	25%	25%	DE	PROEN

	integrada									
	RS1.5 – Percentual de vagas ofertadas para o EJA-EPT	Nº de vagas ofertadas para o EJA-EPT / Nº total de vagas ofertadas no ano anterior * 100	Percentual(%)	–	11%	11%	11%	7%	DE	PROEN
	RS1.6 – Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas e Programas de Formação Docente	Nº de vagas ofertadas para Licenciatura e Programas de Formação Docente / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual(%)	–	14%	29%	29%	7%	DE	PROEN
	RS1.7 – Índice de Eficiência Acadêmica	Taxa de Conclusão + (Taxa de Conclusão / (Taxa de Conclusão + Taxa de Evasão)) * Taxa de Retenção	Percentual(%)	–	30%	39%	39%	39%	DE	PROEN
RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade	RS2.1 – Número de tecnologias produzidas pelo IFPA protegidas	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	4	4	1	Coordenação de pesquisa	PROPPG
	RS2.2 – Número de ações de difusão da inovação realizadas em parceria com outras instituições públicas e	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	4	6	6	Coordenação de pesquisa	PROPPG

	privadas									
	RS2.4 – Número de licenciamentos e transferências de tecnologias para o setor privado, educacional ou comunidades locais realizados	Não tem fórmula.	Unidades	–	1	5	5	1	Coordenação de pesquisa	PROPPG
RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade	RS3.2 – Número de veiculação de matérias jornalísticas sobre Ensino, Pesquisa e/ou Extensão na imprensa	Não tem fórmula.	Unidades	–	10	26	26	28	ASCOM	ASCOM Reitoria
	RS3.6 – e-SIC implantado no Campus	Não tem fórmula.	Binário(Sim/Não)	–	–	Sim	–	–	DG	Gabinete da Reitoria
	RS3.8 – Percentual de Satisfação dos usuários com os serviços digitais do IFPA	Nº de usuários satisfeitos com os serviços digitais do IFPA / Nº total de usuários entrevistados * 100	Percentual(%)	–	–	70%	–	–	DG	Gabinete da Reitoria

Fonte: IFPA (2019), PDI 2019-2023.

4.7 Cadeia de Valor do IFPA

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, uma representação lógica do conjunto de processos que remetem às suas respectivas atividades, facilitando a percepção quanto às necessidades de esforços para resultados institucionais à sociedade.

A decomposição da cadeia de valor na arquitetura de processos permite a identificação das atividades, com suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio.

A oportunidade de melhoria dos processos passa a ser identificada, uma vez que a Cadeia de Valor permite também constatar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da instituição.

A partir da Cadeia de Valor, da sua relação com os objetivos estratégicos traçados no PDI, que facilita a percepção quanto à necessidade de atenção, o que potencializa resultados à sociedade, é garantido o ciclo que corresponde ao diagnóstico, ao monitoramento e à avaliação da estratégia organizacional. A Cadeia de Valor tem a finalidade de:

- apresentar, de forma clara, a relação entre as estratégias de gestão e os resultados;
- facilitar a visualização das potencialidades institucionais ao público interno e externo;
- revelar as relações existentes entre o fazer da instituição e os valores entregues aos alunos e a sociedade;
- apresentar de forma simplificada os macroprocessos realizados na instituição.

O destaque vai para a representação dos macroprocessos finalísticos apresentados de forma encadeada, sequencial (ponta a ponta), a exemplo do estudo de demanda à certificação profissional e a gestão do egresso. O movimento restante desse encadeamento valoriza a necessidade de fortalecimento dos fluxos nas diversas áreas de negócio das unidades que compõem o IFPA.

- da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- dos estudos preliminares à aprovação do curso;

- da prospecção da demanda ao acesso do aluno;
- da matrícula do aluno à certificação;
- da certificação à gestão do egresso;
- da Prospecção de fomento à aprovação do PDI;
- da realização da pesquisa à produção de conhecimento;
- da produção de conhecimento à transferência de tecnologia;
- da Prospecção à aprovação de atividades de extensão;
- da intervenção extensionista à geração de produtos;
- da geração de produtos ao gerenciamento dos produtos.

Macroprocessos de Governança e de Apoio apresentam destaques para a comunicação institucional, a participação e controle social, a gestão do desenvolvimento e gerenciamento de pessoas, além do que, a partir de atuação sistêmica viabilizam as condições necessárias ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos e a entrega de valores aos alunos e a sociedade, conforme apresentado na Figura 2.

Os quadros 2, 3 e 4 apresentam, respectivamente, os macroprocessos finalísticos, de gestão e de suporte.

Figura 2 - Cadeia de Valor do IFPA.



Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e extensão.	▪ Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais; ▪ Analisar Demandas Sociais; ▪ Formular Políticas de Ensino; ▪ Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão; ▪ Definir a Oferta de Cursos e Vagas; ▪ Avaliar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Dos estudos preliminares à aprovação do curso.	▪ Desenvolver Projetos de Cursos; ▪ Aprovar Projetos de Cursos; ▪ Autorizar a Oferta de Curso; ▪ Viabilizar o Reconhecimento dos Cursos.
Da prospecção do aluno ao acesso do aluno	▪ Identificar Públicos Estratégicos dos Cursos; ▪ Comunicar a oferta dos Cursos; ▪ Realizar Processo Seletivo.
Da Matrícula do aluno à conclusão e certificação	▪ Realizar Matrícula dos Alunos; ▪ Acolher Alunos Matriculados; ▪ Projetar e Entregar Serviços de Assistência ao Aluno; ▪ Realizar formação com base no PPC dos Cursos; ▪ Projetar e entregar serviços de Administração Escolar; ▪ Certificar os Alunos.
Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	▪ Acompanhar os Egressos; ▪ Articular relacionamento com o Mundo do Trabalho; ▪ Formular Políticas de Extensão; ▪ Articular Relações Externas e de Internacionalização; ▪ Desenhar Intervenções Extensionistas;

	▪ Viabilizar Intervenções Extensionistas; ▪ Aprovar Intervenções Extensionistas.
Da intervenção extensionista à geração de produtos	▪ Executar Intervenções Extensionistas; ▪ Fomentar Práticas Desportivas, Arte e Cultura; ▪ Fomento ao Empreendedorismo; ▪ Avaliar impactos das Intervenções Extensionistas; ▪ Gerir Produtos das Intervenções Extensionistas;
Da Prospecção de fomento à aprovação de PD&I	▪ Formular Políticas de Pesquisa e Inovação; ▪ Viabilizar fomento para projetos de pesquisa e inovação; ▪ Viabilizar fomento para Iniciação Científica; ▪ Elaborar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Aprovar projetos de pesquisa e inovação.
Da realização da pesquisa à produção de conhecimento e transferência de tecnologia	▪ Executar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Fomentar o registro de propriedade intelectual; ▪ Difundir conhecimento científico; ▪ Transferir conhecimento e tecnologia.

Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 3 - Macroprocessos de Gestão

MACROPROCESSOS DE GESTÃO (GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA)	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Estratégica	▪ Gestão do Planejamento Estratégico Institucional; ▪ Gestão do portfólio de produtos e serviços; ▪ Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos; ▪ Gestão de Processos; ▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão do Desenho Organizacional; ▪ Gestão da Imagem Institucional; ▪ Monitoramento e avaliação da estratégia e prestação de contas.

Gestão da Governança	▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão de Auditorias Internas; ▪ Prestação de Contas; ▪ Gestão de Atividades Correcionais e Éticas; ▪ Gestão das Relações Institucionais; ▪ Gestão dos Órgãos Colegiados, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho; ▪ Gestão dos processos de escolha dos gestores.
Comunicação e Relações Institucionais	▪ Gestão da Comunicação Institucional; ▪ Gestão da Comunicação Interna; ▪ Gestão de Redes e Relações Institucionais; ▪ Gestão de Relações Parlamentares; ▪ Gestão de Relações e Acordos Internacionais.
Planejamento e orçamento	▪ Gestão do Plano Plurianual; ▪ Gestão do Orçamento.
Modernização Organizacional	▪ Modelagem de Estruturas, Hierarquias e Funções; ▪ Gestão de Estruturas de Governança; ▪ Gestão do Desempenho e Contratualização de Resultados.
Gestão do Desenvolvimento e Gerenciamento de Pessoas	▪ Planejamento da necessidade de pessoal; ▪ Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; ▪ Gerenciar o desempenho de pessoas; ▪ Gestão de movimentação funcional (exoneração e aposentadoria); ▪ Gestão de direitos e benefícios; ▪ Gestão de folha de pagamentos; ▪ Gestão da saúde, qualidade de vida e segurança ocupacional; ▪ Desenvolvimento de Pessoas; ▪ Gestão do clima organizacional; ▪ Gestão de sistemas de informação de pessoal.
Participação e controle social	▪ Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; ▪ Gestão da transparência ativa e acesso à informação e gestão de dados abertos.
Controle Interno	▪ Gestão de auditorias e fiscalizações;

	▪ Corregedoria administrativa; ▪ Gestão da integridade e da ética pública.
Consultoria Jurídica	▪ Análise jurídica de normas, atos e contratos administrativos; ▪ Solução de litígios administrativos.

Fonte: EGP GP (2020).

Quadro 4 - Macroprocessos de Suporte

MACROPROCESSOS DE SUPORTE	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Orçamentária e Financeira	▪ Gestão do orçamento; ▪ Gestão de recursos financeiros; ▪ Gestão contábil;
Gestão Financeira Contábil e de Custos	▪ Programação financeira; ▪ Gestão financeira; ▪ Gestão contábil e gestão de custos
Transferência de Recursos	▪ Planejamento das Transferências; ▪ Operacionalização das Transferências; ▪ Gestão das transferências e prestação de contas.
Gestão da Tecnologia da Informação	▪ Gestão de demandas de TI; ▪ Desenvolvimento de soluções de TI; ▪ Implantação de soluções de TI; ▪ Manutenção e suporte de TI; ▪ Gestão da governança de TI.
Gestão de Logística, Infraestrutura, Bens e Serviços	▪ Aquisição de bens e contratações de serviços; ▪ Gestão patrimonial; ▪ Gestão de bens de consumo; ▪ Gestão de contratos; ▪ Gestão de Obras e Engenharia; ▪ Manutenção, limpeza e Segurança Predial;

	▪ Gestão de serviços operacionais.
--	---

Fonte: EGPGP (2020).

O estudo completo da Cadeia de Valor do IFPA está disponível por meio do link: https://drive.google.com/file/d/1uyUVZkR5reXiWb7KRdcBpC59_K0jSme/view?usp=sharing.

5 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e suas práticas pedagógicas. Assim, o IFPA Campus Conceição do Araguaia desde sua implantação prima por garantir uma educação de qualidade e excelência na formação dos educandos.

5.1 Histórico do Campus

A trajetória de implantação do IFPA Campus Conceição do Araguaia teve início no ano de 2001, quando o IFPA, ainda era CEFET e Conceição do Araguaia sediava um Centro Avançado de atendimento à comunidade conceicionense. As atividades iniciaram-se a partir da implantação do Curso Técnico em Aquicultura por meio da parceria com a Prefeitura Municipal. Todavia, as demoras nas transições políticas locais interromperam as atividades do curso, tendo sua retomada em 2004, com a abertura de processo seletivo para ingresso de mais duas turmas do Curso Técnico em Aquicultura.

No ano de 2008, Conceição do Araguaia sediava uma unidade descentralizada do então CEFET/PA, no entanto, no contexto político ampliado, a sanção da Lei nº 11.892, que transforma os CEFETs de todo o país em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitou a Conceição do Araguaia sediar um Campus, com sede própria e status de universidade.

Desse modo, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foi Instituída a Rede Federal de Educação e, neste caso específico a então UNED do CEFET transformou-se em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - Campus Conceição do Araguaia, conforme descrito no inciso XX do art. 5º da referida lei de Criação dos Institutos Federais: a criação do Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá.

Dando sequência na oferta de cursos, no dia 30 de julho de 2009, realizou-se a segunda audiência pública na qual foram definidos a oferta de novos cursos, tais como: Curso Técnico em Eventos e Curso Técnico em Segurança do Trabalho, que iniciaram suas aulas no ano de 2010. Na ocasião, cogitou-se a possibilidade da oferta de Cursos Superiores em Agronomia e Gestão Ambiental, a fim de suprir uma grande carência da região.

No dia 25 de março de 2011, foi inaugurado oficialmente o prédio do Campus Conceição do Araguaia. Neste ano, também foi inaugurado o Centro Experimental Agroecológico do Araguaia – CEAGRO, cujo espaço atenderá os alunos no desenvolvimento das aulas teóricas e práticas, com uma área de quarenta e sete hectares (doada pela Prefeitura Municipal) possui Salas de aulas, Vestiários, Quadra Poliesportiva Coberta, espaço físico para instalar um Restaurante Universitário, Residência, Unidades de Produção, Laboratórios, inclusive de reprodução de peixes, etc.

Ainda, em 2011, realizou-se o processo seletivo para os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Agronomia, esse último tendo iniciado suas aulas em 14 de novembro (Port. 001/2011/CONSUP de 25 de janeiro de 2011). O IFPA-Campus Conceição do Araguaia, também abre as portas para a Educação a Distância (EaD), através da Rede e-TEC, com oferta dos cursos em EaD, oportunizando formação em nível técnico com a finalidade de promover o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, sobretudo, desenvolvimento na carreira. Assim, por meio da rede e-TEC pode-se ofertar cursos na sede do Campus e em municípios/polos que fazem parte da área de abrangência do Campus.

Em relação aos programas e convênios federais, o Campus ofertou em 2009 e 2010, turmas de licenciatura em Educação do Campo pelo PROCAMPO. A partir de 2010, foram ofertadas pelo PARFOR os seguintes cursos de licenciatura: Pedagogia, Geografia, Biologia e

Informática. Já pelo PRONATEC, entre os anos de 2012 e 2015 foram ofertados diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos FIC).

De acordo com o Estatuto da Instituição (Res. 148/2016/CONSUP), o Campus é uma unidade acadêmico-administrativa do Instituto Federal do Pará instalado em município-polo de desenvolvimento do Estado, com abrangência mesmo ou microrregional, sendo detentor de autonomia administrativa e financeira.

Portanto, seguindo esta definição, o Campus não deve atender apenas o município sede, mas também os que fazem parte da sua área de abrangência, considerando a política de integração regional como sinônimo de desenvolvimento envolvendo seus múltiplos aspectos: econômicos, culturais, sociais, ambientais, infra estruturais e institucionais, conforme estabelecido na Res.035/2015/CONSUP de 06 de abril de 2015.

O município de Conceição do Araguaia possui 44.095 habitantes, esta região situa-se no Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (PA) do Governo Federal, abrangendo uma área de 174.875,80 Km². O IFPA-Campus Conceição do Araguaia integra em sua área de influência 14 municípios, a saber: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguará.

O Campus Conceição do Araguaia localizado no município homônimo, na Av. Couto Magalhães, nº1.649, Bairro Universitário, CEP: 650.540-000, tem como desafio atender essa diversidade nos 14 municípios da sua região de integração e abrangência.

5.2 Finalidade

Em linhas gerais, tomando como base a Lei 11.892, de 30 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as diretrizes curriculares dos cursos e características do IFPA Campus Conceição do Araguaia tendo em vista às políticas educacionais norteadas pelo art. 6º, estabelece que as finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico

local, regional e nacional; II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Estatuto do IFPA reproduz as finalidades acima referidas e acrescenta mais uma: I - Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Nesse sentido, tais finalidade deixam claro que o IFPA precisa estabelecer uma relação transformadora com a sociedade.

5.3 Área (s) de atuação acadêmica

O IFPA atua em níveis e modalidades distintas, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Assim, o Campus atua das seguintes formas:

- Integrada regular, para quem já tenha concluído o Ensino Fundamental;
- Subsequente, para quem já concluiu o Ensino Médio.

Nesta modalidade de ensino, os objetivos são: proporcionar atualização e qualificação de profissionais em uma determinada área de conhecimento, gerar e promover a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento nacional, dividida em duas formas: *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

A área de atuação do Campus está nos cursos conforme as necessidades dos arranjos produtivos locais da região ofertando os cursos presenciais. Vale destacar que em 2020, devido à pandemia do Coronavírus, atendendo aos normativos federais as aulas aconteceram por meio do ensino remoto, com alterações no calendário acadêmico.

Quanto aos cursos Técnicos subsequentes, em 2021, o Campus ofertou os seguintes cursos: Manutenção e Suporte em Informática, Edificações, Agropecuária, Segurança do Trabalho, Marketing, Meio Ambiente.

Quanto ao Ensino Médio Integrado, teve-se a oferta dos cursos em: Agropecuária, Edificações, Informática e Meio Ambiente. Oferece ainda, os cursos superiores de Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico, para portadores de certificado de conclusão do ensino médio, sendo eles: Gestão Ambiental, História, Engenharia Ambiental e Sanitária e Agronomia, com previsão de oferta do Curso de Engenharia Civil para 2022.

Quanto aos cursos de pós-graduação foram ofertados: Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica e em Gestão Ambiental. Ainda, com previsão de ampliação da oferta de cursos de pós-graduação em Educação do Campo e Educação Ambiental e Responsabilidade Social.

Diante do exposto, no ano de 2021, constam regularmente matriculados um total de 633 alunos. Constam, ainda, alunos em fase de conclusão de curso, faltando apenas atividades específicas como Estágio, Atividades Complementares e TCC, esses não foram contabilizados no número total acima. Para definir um número aproximado em relação a esses discentes, sempre se considera um total de 10% e acresce-se ao valor final.

Como projeção, pretende-se alavancar a oferta dos cursos em EaD nas várias modalidades de ensino e também oferta da EJA Integrado e concomitante ao FIC.

6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFPA Campus Conceição do Araguaia se constitui num documento institucional firmado coletivamente em que se descreve a organização do trabalho político-pedagógico, a sua identidade enquanto instituição de ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação, propondo e definindo os fundamentos, princípios norteadores e as características das ações educativas delineando o caminho a ser percorrido

por todos os envolvidos no processo educativo de qualidade contemplando a intencionalidade de formar cidadãos responsáveis, éticos, participativos, comprometidos, críticos e criativos.

6.1 Inserção regional

A população total do território de abrangência é de 406.000 habitantes, dos quais 154.838 vivem na área rural, o que corresponde a 38,14% do total. Possui, ainda, 19.824 agricultores familiares, 26.237 famílias assentadas e 10 terras indígenas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de aproximadamente 0,71.

Nesse contexto, o Campus Conceição do Araguaia localiza-se na porção Sul do Pará, cujo território tem sido desigualmente disputado nas suas diversas dimensões. De um lado, camponeses e populações tradicionais e, de outro, grandes projetos do agronegócio e da mineração.

O Campus Conceição do Araguaia integra em sua área de influência 14 municípios, a saber: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara.

Esses municípios apresentam um amplo potencial produtivo, em segmentos como minério, a pecuária bovina, representada por uma das maiores produção de leite e carne do Estado do Pará, a agricultura, baseada principalmente nas culturas de subsistência e na fruticultura, atividades tipicamente trabalhadas pela Agricultura Familiar e Camponesa e extrativismo vegetal de produtos madeireiros e não madeireiros que ainda é uma atividade importante em algumas comunidades, especialmente naquelas de colonização mais recente, onde a floresta ainda ocupa uma significativa porção do espaço.

Desta forma, o Campus consolida sua prática e inserindo num contexto de conflitualidades entre perspectivas e políticas de desenvolvimento e assume o papel de contribuir para a territorialização da produção e das políticas públicas que contribuam para a redução da pobreza e desigualdades, através da qualificação profissional não apenas para o mundo do trabalho, mas que expandem as liberdades individuais do público atendido por meio da construção de uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

Vale ressaltar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará está comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado, dentro de um processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de Referência Educacional, Científica e Tecnológica no Estado e na Região Norte.

Nesse sentido, entende-se que é possível estabelecer parcerias nos mais variados setores econômicos, sociais e ou educacionais, como por exemplo, a criação de polos de EaD em vários municípios através de parcerias com as Prefeituras Municipais.

6.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

O IFPA Campus Conceição do Araguaia terá como princípio norteador práticas de ensino que colaborem com o desenvolvimento local e regional aliado a proposta de ofertar educação básica e profissional nos seus diferentes níveis e modalidades, associados à pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a inclusão social e o desenvolvimento socioambiental.

Os eixos tecnológicos trabalhados no Campus Conceição do Araguaia são os de Infraestrutura, Segurança, Recursos Naturais, Turismo, Hospitalidade e Lazer, que se expressam na oferta de cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente e de cursos de licenciatura e engenharia. O Campus participa, no âmbito dos cursos superiores, de programas educacionais como PARFOR, PROCAMPO e EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Neste sentido, a proposta pedagógica e ações terão por base o respeito às demandas socioeconômicas e culturais, permeando as questões da diversidade cultural, preservação ambiental e inclusão social, visando fortalecer e solidificar a concepção de uma formação mais profissional e humana, destaca-se abaixo as visões filosóficas-metodológicas:

- Formar profissionais numa perspectiva moderna de desenvolvimento;
- Ampliar e aprofundar o conhecimento técnico-científico;
- Oferecer a formação técnico-científica considerando as demandas dos setores produtivos;
- Dinamizar o ensino através da pesquisa e da extensão;

- Promover a formação dos discentes: ética, autonomia intelectual, pensamento crítico-reflexivo e espírito de pesquisa.
- Fomentar o desenvolvimento de programas e/ou projetos de iniciação científica e pesquisa;
- Preparar para o exercício pleno da cidadania, em todas as suas dimensões, comprometido com a realidade, com os valores éticos, históricos e humanistas, consciente de sua responsabilidade de agente transformador dos elementos técnicos, ambientais e sociais.

Quanto à responsabilidade social do IFPA, sua contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região, destacando ações orientadas para o bem-estar da coletividade, de seu público interno e externo estão descritos no PPI, link de acesso: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/ppi-pdi-e-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino/1846-projeto-pedagogico-institucional-ppi-ifpa-2017>

6.3 Organização didático-pedagógica da instituição

No IFPA Campus Conceição do Araguaia buscar-se-á diretrizes pedagógicas que priorize inovações consideradas significativas como, por exemplo, a fomentação de metodologias ativas e flexibilização dos componentes curriculares. Nesse contexto, entende-se que a prática precisa ser mediada por processos históricos e culturais e o currículo constitui o elo fundamental desse projeto educativo. Para a concretização desse projeto, o planejamento do currículo é um trabalho coletivo, buscando a compreensão da realidade na produção do conhecimento.

O Regulamento Didático-pedagógico do IFPA, Resolução nº 041/2015-CONSUP e suas atualizações (acesse o link: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/regulamento-didaticode-ensino>), aprovado em 2015, atualizou a Organização Didático-pedagógica e rege os procedimentos didáticos, pedagógicos e administrativos nos Campi do IFPA. Tal regulamento sofre atualizações periódicas e apresenta-se em consonância com a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com suas regulamentações e com os respectivos Pareceres; com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Educação Básica e Ensino

Superior; com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; com o PDI; com o PPI; e, finalmente, com o Regimento Geral do IFPA.

Nessa direção, o IFPA Campus Conceição do Araguaia buscará desenvolver suas ações visando à superação das tendências pedagógicas conservadoras buscando posturas mais críticas, instalando o diálogo e a interação como mecanismos que possibilitem troca de saberes, fazendo dos ambientes educacionais da instituição um campo de constantes aprendizagens para todos e onde a discussão se faz a partir da leitura das situações sociais e relacionais.

Além disso, a PROEN emite orientações normativas específicas quanto à composição curricular e organização do PPC, bem como ao fluxo de aprovação no âmbito da formação básica e profissional e de nível superior de graduação. A PROPPG emite orientações normativas referentes à organização curricular e à aprovação de cursos superiores de Pós-graduação (lato e stricto sensu).

a) A Flexibilização de Currículos

A respeito da flexibilização dos currículos compreende-se que estas deverão constar no PPC de cada curso, na flexibilização dos currículos, a importância de se buscar e de se construir uma estrutura que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social.

Nesse sentido, compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais. Pode-se também, acontecer na forma de estudo de caso, problematização, visitas técnicas, micro estágio, oficinas, projeto de pesquisa e ou intervenção, pesquisa acadêmico-científica e ou tecnológica, bem como através de projeto integrador de pesquisa ou de extensão, ou seja, a prática profissional compreende um conjunto de atividades de cunho prático que são desenvolvidas através das disciplinas e devem constar no PPC.

b) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A Integralização Curricular dá-se por meio da constituição da matriz curricular. Ocorre quando o aluno, regularmente matriculado no Campus, finaliza todas as atividades estabelecidas pelo curso, ou seja, logra êxito em todas as disciplinas ou componentes curriculares, entrega todas as documentações referentes às atividades didáticas complementares concluindo, com aprovação, todas as atividades fixadas e previstas no PPC. A integralização curricular dos cursos regulares deve transcorrer dentro de limites de tempo, mínimo e máximo, fixados para a estrutura de cada curso.

c) Atividades Complementares e Estágio

As Atividades Complementares são consideradas como componentes curriculares obrigatórios para os cursos de graduação e são previstas e detalhadas nos PPCs. A realização dessas atividades – que podem assumir cunho técnico, científico, cultural, social, artístico ou esportivo – tem como objetivo ampliar os meios para a formação dos discentes, não se restringindo apenas às salas de aula. As atividades devem apresentar-se com carga horária definida e distribuída, de acordo com o PPC de cada curso, não excedendo 20% da sua carga horária.

O Estágio Curricular Supervisionado, além de oportunizar a empregabilidade, favorece a reflexão, a análise e a avaliação das diferentes atuações do profissional no mercado de trabalho. Assim, com o intuito de propiciar a integração dos educandos com a realidade do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, desenvolver a competência profissional para a transformação social.

Para as empresas e ou instituições que recebem esses estagiários em fase de conclusão de seus cursos têm a oportunidade da descoberta de novos talentos, além de obter eficiente meio de avaliação profissional; meio eficaz de acompanhamento dos avanços tecnológicos e conceituais oriundos da Instituição formadora.

d) Desenvolvimento de materiais pedagógicos

O Campus Conceição do Araguaia incentivará a confecção de material didático de acordo com a demanda dos discentes levando em consideração suas especificidades.

e) Incorporação de Avanços Tecnológicos

É notório, no contexto atual, a presença e utilização das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em diversos âmbitos da experiência humana. Há algum tempo, no contexto educacional, as TICs vêm sendo utilizadas no processo ensino aprendizagem como recurso didático-pedagógico. Podem ser encontrados, no Campus, em salas de aula, laboratórios, computadores e tecnologias afins sendo manipuladas diariamente por professores e estudantes.

Nesse contexto, o IFPA Campus Conceição do Araguaia reconhece esses princípios como fundamentais à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento científico-tecnológico. São princípios que o Campus pretende seguir como proposta curricular a ser referenciada em todos os níveis e modalidades de ensino através de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

6.4 Políticas de Ensino

No âmbito do ensino a proposta pedagógica e ações terão por base o respeito às demandas socioeconômicas e culturais, permeando as questões da diversidade cultural, preservação ambiental e inclusão social.

A fim de consolidar as políticas fundamentadas na visão e na missão institucional, buscando tornar-se uma instituição de excelência na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, foram estabelecidos alguns princípios para a condução do processo ensino-aprendizagem:

- b) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em diferentes níveis e modalidades;
- c) Incentivo às práticas que englobam a interdisciplinaridade, levando o estudante a compreender o papel das diferentes ciências nas soluções de problemas;
- d) Estímulo ao relacionamento interpessoal e à comunicação, propiciando o trabalho colaborativo em grupo ou em equipes;
- e) Formação do cidadão comprometido com uma sociedade mais justa, sob o prisma da formação humanística, da ética e da competência técnica;

- f) Comprometimento com a realidade local, com vistas ao desenvolvimento tecnológico, socioeconômico e ambiental das microrregiões de abrangência do Campus Conceição do Araguaia;
- g) Organização dos projetos político-pedagógico dos cursos com vistas na missão e visão da instituição e nos princípios sociopolíticos e pedagógicos;
- h) Desenvolvimento de ações que integrem no processo acadêmico todos os seus estudantes, tanto aqueles com necessidades especiais, quanto aqueles com lacunas no processo de educação básica;
- i) Organização e sistematização da produção de conhecimento dos discentes e docentes, socializando-os através de seminários, simpósios, cursos e publicações;

Diante do exposto e da diversidade de modalidades de ensino que o Instituto Federal abrange, diante do desafio de se cumprir a missão institucional e alcançar a visão de futuro delineada, as políticas de ensino tem os seguintes objetivos:

- 1) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade;
- 2) Desenvolver a educação profissional e tecnológica, compreendendo como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- 3) Viabilizar uma educação formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos sociais, culturais e locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do instituto federal;
- 4) Realizar um trabalho voltado para constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral, e das ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

6.5 Políticas de Extensão

No âmbito do Campus de Conceição do Araguaia as atividades de extensão são caracterizadas por cursos de extensão, estágio em empresas, projetos de extensão, eventos/atividades de extensão tais como Conferências, Palestras, Oficinas, Exposições de Pôsteres, Workshops, Mini cursos, Semanas Comemorativas, entre outros que promovam a integração entre a instituição e a comunidade.

Por sua vez, a Coordenação de Extensão é responsável por conduzir a política de extensão, as ações, projetos e programas na Instituição e responde pela avaliação, pelo acompanhamento e pelas ações de extensão no Campus. Atua, em âmbito sistêmico, com o apoio da Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Pesquisa. Desenvolve interação com a comunidade externa e o ambiente acadêmico, além de realizar práticas planejadas, em parceria com organizações governamentais e não governamentais, instituições nacionais, instituições públicas e privadas, associações de bairro, Igrejas, pessoas, como também realiza prestação de serviços à comunidade.

6.6 Políticas de Pesquisa

O Campus Conceição do Araguaia enquanto instituição de ensino deve incentivar e fomentar a pesquisa, associada ao desenvolvimento de projetos inseridos nos contextos locais, e conectar saberes interdisciplinares e articuladores, tendo como objetivo também conhecimentos para aplicação na comunidade, tendo em vista o desenvolvimento coletivo e o bem-estar comum. Aplica-se aqui as Resoluções e Instruções Normativas institucionais, todavia, tendências de gestão deste setor envolvem:

- 1) Incentivo ao registro de atividades de pesquisa junto à coordenação/campus/Instituição;
- 2) Controle das atividades de pesquisa por meio de registro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades, Portarias, Pareceres e Relatório Parciais e Finais;
- 3) Estímulo a realização de pesquisa em área básicas, tais como Ciências Exatas, Humanas e Naturais;
- 4) Realização de Seminário Anual de Divulgação Pública de Ciências e tecnologias;
- 5) Inserção dos discentes ao mundo da pesquisa;

6)Estímulo à Participação em Eventos Científicos Locais, Nacionais e Institucionais, com a confecção de publicáveis submetidos aos Anais de Evento. Está em parceria com os Editais da Assistência Estudantil, o qual fornece fomento, a nível local;

7)Estabelecimento de um Comitê Técnico-Científico, o qual irá estimular e avaliar as produções científicas/tecnológicas locais, a partir de uma Comissão Técnico-Científica;

8)Incentivo à atualização e produção dos grupos de pesquisa do Campus, registrando suas produções por meio de relatórios.

6.7 Políticas de Educação a Distância

O IFPA Campus Conceição do Araguaia vislumbra à Educação a Distância como uma nova oportunidade de ampliar as fronteiras do ensino e assim atender às demandas educacionais oriundas dos municípios contidos na região de sua abrangência. A educação a distância promove ações de inclusão digital, fundamental em uma sociedade que exige o uso das TIC em todas as instâncias sociais.

Diversos recursos virtuais auxiliam na aquisição da informação, por meio de chats, correio eletrônico, fóruns e plataformas de buscas como o Google, garantindo assim uma extensa flexibilidade do processo de ensino-aprendizagem entre o aluno e o professor. A EAD, em nosso país, ganhou novos rumos e contornos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e, posteriormente, de alguns decretos (nº2949, nº2561, nº5622) que detalharam o funcionamento desta modalidade de ensino.

Quanto aos documentos norteadores do Campus relacionados a EAD, há a Resolução nº 46/2013, de 09 de abril de 2013, que aprovou o projeto de institucionalização da EaD no âmbito do IFPA. Em 2015, o Regulamento Didático-pedagógico trouxe uma seção dedicada à regulamentação da EaD no IFPA, a saber, o “VIII. Da Educação a Distância”. Mais recentemente, para orientar a inserção de disciplinas a distância em cursos presenciais superiores e técnicos de nível médio, como previsto na Portaria nº 1.134/2016 – MEC – que revogou a Portaria MEC nº 4.059/2004 foi publicada a Instrução Normativa nº 03/2016–PROEN.

Ressaltamos que atualmente o IFPA conta com o CTEAD - Centro de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, que foi criado na sede da Reitora com o objetivo de

institucionalizar a Educação a Distância como uma modalidade de ensino e aprendizagem possível e de qualidade dentro de nosso Instituto. Para isso, o papel do CTEAD é o de estabelecer políticas e metodologias que empreguem a EaD como paradigma educacional, concebendo e promovendo a organização e a elaboração de material didático, a capacitação de docentes e técnicos, bem como o acompanhamento e o suporte na gestão de cursos na modalidade a distância, semipresenciais e presenciais que utilizem tecnologias da informação e da comunicação.

Nesse cenário, o Campus Conceição do Araguaia, entende que um dos objetivos será estabelecer parcerias com as prefeituras e aproveitar a mão-de-obra local como por exemplo, coordenadores de polos, tutores presenciais, entre outros. Desse modo, acredita-se que essas parcerias podem fortalecer e viabilizar a implantação da EaD nesses municípios, bem como, concretizar a efetivação dessa modalidade de ensino no âmbito dos municípios que fazem parte da área de abrangência do Campus Conceição do Araguaia para oferta de vários cursos.

6.8 Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva

No que se refere à educação, a partir de 2002 o MEC- Ministério da Educação começou a potencializar o acesso de afro descendentes, indígenas e estudantes de escolas públicas ao Ensino Superior. Há alguns anos algumas instituições de ensino superior já vinham adotando o sistema de cotas em seus processos seletivos, no entanto com a promulgação da lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 todas as instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar vagas em seus processos seletivos para estudantes de escolas públicas, famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, negros, pardos e indígenas.

Considerando que o Município de Conceição do Araguaia - Pará possui uma área considerável de assentamentos de reforma agrária, uma alternativa para garantir o acesso aos cursos ofertados pelos IFPA, tanto aos agricultores como seus filhos, acontece por meio da política de cotas. A exemplo do que já ocorre no IFPA no Campus de Castanhal onde as ações afirmativas beneficiam agricultores e filhos de agricultores familiares.

O Campus possui profissionais qualificados que buscam o fortalecimento de políticas de inclusão e buscam incessantemente melhorias no processo educacional, a partir da formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural, que possibilitem aos discentes e servidores permanência e o êxito acadêmico.

6.9 Políticas de Educação Ambiental

A Política de Educação Ambiental do Instituto tem como documentos de referência a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e as DCN, de 2013 e está descrita no PPI.

Em relação à educação ambiental devem abordar os aspectos sociais e étnicos e da educação ambiental previstos nos normativos mencionados, os quais enunciam as finalidades e princípios institucionais. Pedagogicamente essas políticas podem ser implementadas como temas transversais no decorrer dos cursos ou em ações administrativas voltadas para essa finalidade.

Serão fomentadas discussões sobre a temática, bem como a realização de um evento acadêmico anualmente, por força de lei municipal, requerida pelo Campus. O evento ocorrerá sempre no mês de novembro denominado de Semana do Meio Ambiente ou correlato, contendo em sua programação palestras, oficinas, exposições, mostras de vídeo, eventos culturais entre outras atividades que abordam temas relacionados com a sustentabilidade e defesa do meio ambiente.

6.10 Políticas de Educação no Campo

O Campus Conceição do Araguaia já formou vários profissionais licenciados em Educação no Campo por meio do Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO. Nesse sentido, as próximas ações formativas nessa área estão voltadas para oferta de curso de Especialização em Educação do Campo.

O Campus, ainda, considera importante sua participação ativa dentro desse contexto. Atualmente, oferece o curso de especialização em Educação no campo, esse curso contempla possibilidades de intervenções tecnológicas e inovações que podem favorecer a sua produção,

valorizando sua cultura e provendo, desta forma, a sustentabilidade no campo. Além disso, pode-se prover através de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão ações diretas que dialoguem com importantes questões do campo.

6.11 Política de Certificação Profissional

Os certificados e diplomas serão fornecidos pelo IFPA Campus Conceição do Araguaia, aos acadêmicos que cumprirem integralmente o currículo do curso, esses farão jus à certificação e ou diplomação na forma e nas condições previstas no Regulamento Didático-pedagógico do IFPA.

Para fins de validade dos certificados e diplomas emitidos pelo Campus, é necessário que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) seja autorizado pelo CONSUP, exceto quando se tratar de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) ou de Qualificação Profissional, pois estes são conferidos pela PROEN. Os cursos FIC ou de Qualificação Profissional e de Pós-graduação Lato Sensu serão emitidos certificados de conclusão de curso. Já para os Técnicos de Nível Médio, de educação superior de Graduação e de Pós-graduação Stricto Sensu serão expedidos diplomas.

O discente fará jus à certificação de conclusão de curso, em todos os cursos e níveis, quando integralizar o currículo ao qual foi submetido. A integralização curricular compreende o desempenho com aprovação em todos os componentes disciplinas e atividades acadêmicas de formação previstas na matriz curricular do curso, com frequência mínima de 75% do total das aulas necessárias para o cumprimento da carga horária total obrigatória.

A integralização dos cursos de educação superior de Graduação, quando estes forem convocados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), conforme a Lei nº 10.861/2004, fica condicionada à situação regular do discente perante o referido exame, comprovada por meio de relatório de regularidade emitido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Serão expedidos, na educação superior de Pós-graduação Lato Sensu, certificados de Aperfeiçoamento e Especialização, enquanto que na Pós-graduação Stricto Sensu serão emitidos diplomas de Mestrado e Doutorado, sendo que estes dois últimos ainda não se aplicam ao Campus Conceição do Araguaia.

Quando estabelecido no PPC, a integralização curricular estará condicionada à defesa do trabalho de conclusão de curso nos cursos técnicos e de graduação; a monografia, nos cursos de Especialização.

Como Instituição Certificadora, credenciada pelo Ministério da Educação, o Campus poderá emitir certificado de conclusão do Ensino Médio com base nos resultados obtidos por estudantes no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), até 2008, ou no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos termos dos Art. 37 e 38 da Lei nº 9.394/1996, e no disposto na Resolução CNE/CEB nº 03/2010 e na Portaria Normativa nº 10/2012 MEC.

Será observado, na emissão dos certificados e diplomas, o emprego da obrigatoriedade da flexão de gênero para conferir título profissional ou grau obtido pelo discente, conforme previsto na Lei nº 12.605/2012. Dessa forma, o Campus objetiva garantir uma certificação ampla e coerente com a missão, visão e valores institucionais.

6.12 Responsabilidade Social do Campus

A função social do IFPA Campus Conceição do Araguaia se apoia na promoção de uma educação justa e igualitária, em respeito aos direitos humanos contra todas as formas de exclusão, preconceito, intolerância, discriminação e ou violência.

Esta Instituição tem e manterá como um de seus princípios educativos a promoção de uma educação alicerçada em princípios democráticos oferecendo uma educação que contribua para a formação de cidadãos com capacidade de pensar criticamente, potencializando o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, emocionais, culturais e relacionais, contribuindo assim, para seu pleno desenvolvimento e da sociedade.

Além disso, a Instituição tem como princípios norteadores:

- a) Compromisso com a inclusão e justiça social, equidade, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- b) Integração da educação profissional com o processo produtivo;
- c) Promoção de uma educação justa e igualitária em respeito aos direitos humanos contra toda e qualquer forma de exclusão, preconceito, intolerância, discriminação e violência;

d) Compromisso com a formação humana integral e emancipatória, com a produção e difusão de conhecimentos científicos tecnológicos, com alcance à inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;

e) Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão;

f) Promoção de uma educação alicerçada em princípios democráticos comprometidos com uma educação inclusiva e emancipatória.

g) Verticalização e integração do ensino, pesquisa e extensão nos diversos níveis e modalidades de atuação do IFPA;

h) Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

i) Sempre buscar a excelência acadêmica;

j) Adequar, flexibilizar e diversificar estratégias metodológicas respeitando o ritmo de aprendizagem dos estudantes.

Sendo que, essas ações partem do princípio da equidade, preventivamente, nas situações de retenção e evasão de estudantes decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Além disso, o Campus busca a promoção de eventos que dialoguem com a sociedade em busca de um intercâmbio aberto e horizontal.

7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Neste capítulo, será apresentada a situação atual e as projeções de oferta de cursos no Campus Conceição do Araguaia para o período de 2019-2023.

7.1 Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023

No Quadro 5 estão apresentadas todas as ofertas vigentes em 2018 no Campus Conceição do Araguaia, entendendo o nível da oferta, o nome do curso, a modalidade, o número de turmas e o número de vagas por turma.

Já no Quadro 6 é apresentado o cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e

2023. Esse Quadro descreve a manutenção dos cursos, incluindo a projeção com implantação do curso de Engenharia Civil, bem como a manutenção dos cursos superiores em Agronomia, História e Engenharia Ambiental e Sanitária. Cumprindo os programas especiais de formação de professores, novos cursos de Engenharia, Tecnologia e Pós-graduação também estão indicados no quadro, evidenciando o compromisso com a formação de itinerários profissionais verticalizados.

O planejamento do Campus se expressa de modo cronológico nos anos de vigência deste PDC e sua autorização condiciona-se à demonstração, ao tempo da oferta, de toda a estrutura legal para oferta de cada curso, de acordo com o nível e modalidade.

Quadro 5 – Cursos em funcionamento no ano de 2018

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno de funcionamento	Regime de matrícula	Situação em 2018		
						Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas
Campus Conceição do Araguaia								
Médio	Agropecuária	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	2	80
Médio	Edificações	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	3	120
Médio	Eventos	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	1	40
Médio	Agropecuária	Presencial	Subsequente	M	Semestral	40	1	40
Médio	Manutenção e Suporte em Informática	Presencial	Subsequente	N	Semestral	40	1	40
Médio	Saneamento	Presencial	Subsequente	N	Semestral	40	2	80
Médio	Segurança do Trabalho	Presencial	Subsequente	T/N	Semestral	40	5	200
Médio	Informática	EaD	Subsequente	-	Semestral	40	1	40
Superior	Agronomia	Presencial	Bacharelado	M/T	Semestral	25	6	150
Superior	Gestão Ambiental	Presencial	Tecnologia	M/N	Semestral	35	4	140
Superior	História	Presencial	Licenciatura	N	Semestral	40	1	40
Pós-graduação	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Presencial	Especialização	N	Semestral	40	1	40
Pós-graduação	Gestão Ambiental	Presencial	Especialização	M/T/N	Semestral	30	1	30
TOTAL						29	1.040	

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA



Quadro 6 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno	2019			2020			2021			2022			2023			Total de vagas de 2019 a 2023
					Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	
Medio	Edificações	Presencial	Integrado	M/T	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Medio	Informática	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	160
Medio	Meio Ambiente	Presencial	Integrado (EIA-EPT)	N	0	0	0	50	1	50	50	1	50	50	1	50	50	1	50	200
Medio	Eventos	Presencial	Subsequente	N	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	0	0	0	80
Medio	Manutenção e Suporte em Informática	Presencial	Subsequente	T/N	40	1	40	35	1	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75
Medio	Marketing	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	120
Medio	Meio Ambiente	Presencial	Subsequente	N	0	0	0	40	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Medio	Saneamento	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Medio	Segurança do Trabalho	Presencial	Subsequente	T/N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Medio	FIC – idiomas	EaD	Subsequente	-	0	0	0	0	0	0	50	1	50	0	0	0	0	0	0	50
Medio	Edificações	EaD	Subsequente	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	1	60	60	1	60	120
Graduação	Agronomia	Presencial	Bacharelado	M/T	35	1	35	35	1	35	35	1	35	35	1	35	35	1	35	175
Graduação	Engenharia Civil	Presencial	Bacharelado	I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	1	35	35	1	35	70
Graduação	Engenharia Ambiental e Sanitária	Presencial	Bacharelado	M/T	0	0	0	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	120
Graduação	História	Presencial	Licenciatura	N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Graduação	Gestão Ambiental	Presencial	Tecnologia	N	35	1	35	0	0	0	35	1	35	0	0	0	0	0	0	70
Pos-graduação	Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Presencial	Especialização	N	40	1	40	30	1	30	40	1	40	40	1	40	40	1	40	190
Pos-graduação	Educação Ambiental e Responsabilidade Social	Presencial	Especialização	M/T/N	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	0	0	0	80
Pos-graduação	Educação do Campo	Presencial	Especialização	M/T/N	0	0	0	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	80
Pos-graduação	Ciências Agrárias	Presencial	Mestrado	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	1	20	20	1	20	40



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA



Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Neste capítulo, serão apresentados a composição, plano de carreira, critérios de seleção e contratação e cronograma e plano de expansão do corpo docente.

8.1 Composição

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, o Campus registrou em 2018 um quadro docente constituído de 52 docentes efetivos, dos quais 3 têm o título de Doutor, 19 são Mestres, e 19 são Especialistas. A qualificação acadêmica, aliada ao elevado número de docentes em regime de Dedicção Exclusiva (DE), confere ao Campus Conceição do Araguaia um perfil de corpo docente à altura das melhores instituições de ensino do sudeste do estado do Pará.

Em 2021, de acordo com o relatório da Coordenação de Gestão de Pessoas, o Campus possui um quantitativo de 67 professores do EBTT, desses: 13 Especialistas, 41 Mestres e 13 Doutores.

A Tabela 1 apresenta a evolução do corpo docente nos últimos cinco anos de vigência do PDC anterior.

Tabela 1 – Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
20h	0	0	0	0	0
40h	1	1	1	1	1
Dedicção Exclusiva (DE)	37	34	50	56	55
Total	38	35	51	57	56

Fonte: IFPA, 2018 (PDI 2019-2023).

A Tabela 2 apresenta o quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018

Regime de Trabalho	Graduação	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado
20h	0	0	0	0
40h	0	1	0	0
DE	3	13	34	5
Total	3	14	34	5

Fonte: IFPA, 2018 (PDI 2019-2023).

8.2 Plano de carreira

A Lei nº 12.772/2012 entrou em vigor em 01 de março de 2013, a qual trata do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A partir da instituição deste plano, a progressão dos professores do EBTT ocorre mediante os critérios gerais estabelecidos no Art. 14 e § 2º desta Lei e observará, cumulativamente: I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e, II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

Quanto à promoção na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o Art. 14, § 3º ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará:

A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições: I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; IV - para a Classe Titular: a) possuir o título de doutor; b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de capacitação e qualificação da Reitoria e do Campus.

Na Tabela 3, é apresentado o plano previsto para evolução de capacitação do corpo docente para a vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de docentes capacitados	17	19	21	23	23

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.3 Critérios de seleção e contratação

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Dessa forma, as demandas de novos professores no Campus seguem conforme as necessidades dos cursos em se expandir e com base nas lotações máximas e mínimas, respeitando-se as orientações da Instrução Normativa 01/2018 PROEN.

Caso ocorra afastamento de docentes do quadro permanente que afetem as cargas horárias dos docentes, quanto ao valor máximo semanal, são demandados professores substitutos. Para o ingresso de docentes substitutos são elaborados editais de seleção submetidos à PROEN que estabelecem o período de contratação e carga horária semanal.

No concurso público será exigido diploma de curso superior em nível de graduação e poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame e estabelecer as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

8.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

A contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público é regida pela Lei nº 8.745/93. Sendo a admissão de professor substituto e professor visitante considerada necessidade temporária de excepcional interesse público. A contratação de professor substituto poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-reitor, Pró-reitor e Diretor de Campus.

No entanto, o número total de professores não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. A contratação de professor visitante tem por objetivo:

- Apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu;
- Contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- Contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou
- Viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

A contratação de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros poderá ser autorizada pelo dirigente da instituição, condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente às despesas decorrentes da contratação e ao quantitativo máximo de contratos estabelecido para a IFE. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos da Lei nº 8.745/93, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.

8.5 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

Deverão ser apresentados requisitos de titulação e regime de trabalho, detalhando o perfil do quadro pretendido para o período de vigência do PDC, conforme a Tabela 4

Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
20h	0	0	0	0	0
40h	0	0	1	1	1
DE	56	64	69	76	76
Total	56	6	70	77	77

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 5 apresenta o plano de evolução de qualificação do corpo docente para a vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Qualificação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	1	0	0	0	0
Especialização	15	16	10	9	6
Mestrado	34	38	44	46	48
Doutorado	6	10	16	22	23
TOTAL	56	64	70	77	77

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.6 Experiência dos docentes no magistério

Em dezembro de 2018, o Campus Conceição do Araguaia contava com 57 docentes no quadro permanente, sendo 56 ativos permanentes e 01 temporário (Professor Substituto). Do total de ativos permanentes, aproximadamente 25% dos docentes possuem mais de 08 anos de experiência em docência e alguns já faziam parte do CEFET/PA, órgão que precedeu o Instituto Federal do Pará.

Todavia, em 2021, obteve-se o relatório contendo o quantitativo de servidores docentes do Campus. Neste demonstrativo, houve um crescente no número de servidores, sendo um total de 67 servidores docentes EBTT, do quadro permanente, 02 servidores docentes com contrato temporário. Vale destacar que o nível de rotatividade dos servidores docentes é mínimo, e que aproximadamente 50% possui experiência docente de mais de 5 anos.

9 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Neste capítulo, serão apresentados a composição do quadro de pessoal, plano de carreira, critérios de seleção, contratação e cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo.

9.1 Composição

Para o fortalecimento do ensino, pesquisa, extensão e gestão, o Campus contou em 2018 com 49 servidores Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) do quadro efetivo. Registrando apenas 41 servidores em 2014, no início do PDC anterior. Portanto, o Campus registrou um aumento de quase 20% do seu quadro de técnico-administrativos no encerramento do PDC 2014-2018.

Já em 2021, o Campus registra um total de 52 servidores técnico-administrativos do quadro permanente. Em relação à escolaridade, tem-se: 1 Ensino médio; 8 Graduados; 31 Especialistas e 12 Mestres. Diante dos dados, o Campus apresentou um aumento de aproximadamente 6% no quadro de servidores efetivos na categoria, sendo esse dado considerado baixo para o atendimento da demanda do Campus.

Na tabela 6 é apresentada a evolução do corpo técnico-administrativo por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Tabela 6 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
20h	0	0	0	1	1
30h	2	1	2	2	1
40h	36	36	37	47	47
Total	38	37	39	50	49

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 7 apresenta o quantitativo do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Tabela 7 – Quantitativo do corpo técnico-administrativo por nível de classificação e qualificação profissional no ano de 2018.

Nível de Classificação	Médio	Graduação	Especialização Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado	Total
A	0	0	0	0	0	0
B	0	0	0	0	0	0
C	2	2	5	0	0	9
D	0	16	10	2	0	28
E	0	4	4	4	0	12
Total	2	22	19	6	0	49

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 8 apresenta o quantitativo e percentual do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Tabela 8 – Quantitativo e percentual do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Quantitativo	Percentual
Classe A	0	0
Classe B	0	0
Classe C	9	18,37
Classe D	28	57,14
Classe E	12	24,49
Total	49	100%

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

9.2 Plano de carreira

O plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito do IFPA – Campus Conceição do Araguaia, observa a Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estruturou o Plano de Carreira em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme anexo I-C, desta Lei, distribuído por classe: C, D e E, sendo a classe C correspondente aos cargos de nível fundamental; a classe D, corresponde aos cargos de nível médio; e a classe E correspondente aos cargos de nível superior, conforme estrutura de cargos do órgão e exigência mínima do edital para ingresso neste IFPA.

9.3 Formas de Desenvolvimento

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de desenvolvimento de pessoas do IFPA. A Tabela 9 apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo técnico administrativo em educação para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 9 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de TAE capacitados	8	9	10	10	10

Fonte: IFPA, 2020 (PDI 2019-2023).

9.4 Critérios de seleção e contratação

O ingresso nos cargos Técnico-Administrativos em Educação far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante

concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas no Anexo II da Lei nº 11.091/05, alterada pela Lei nº 11.784/2008.

O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreira é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições da Lei nº 11.091/05. Ressalta-se a inovação trazida pela Lei nº 13.530/2017 que acrescentou à Lei nº 8.745/1993 a possibilidade de contratação de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação.

9.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

Em atendimento às normas e parâmetros de implementação dos Campi no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo, ainda, o disposto na Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016/MEC. O Campus elaborou um plano de expansão para o corpo técnico, que foi deliberado de forma participativa e democrática.

A Tabela 10 apresenta a programação anual de expansão do corpo técnico-administrativo.

Tabela 10 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Regime de trabalho	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
20h	1	0	0	0	0	0
30h	1	0	0	0	0	0
40h	47	50	62	66	66	66
TOTAL	49	50	62	66	66	66

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 11 apresenta o Plano de oferta de cursos de qualificação para o corpo técnico-administrativo.

Tabela 11 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Qualificação	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
Médio	2	1	0	0	0	0
Graduação	22	15	18	22	8	3
Especialização	19	25	30	29	36	36
Mestrado	6	9	11	15	20	24
Doutorado	0	0	3	0	2	3
TOTAL	49	50	62	66	66	66

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10. INFRAESTRUTURA

Neste capítulo, será apresentado o cronograma de infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC, as informações sobre biblioteca, laboratórios de informática e equipamentos de tecnologia da informação, os recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo, o plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais e o plano de substituição de veículos.

10.1 Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC

Desde 2016, o Campus vem retomando as ações de expansão de sua infraestrutura e promovendo a adequação dos ambientes acadêmicos, instalações das salas de aulas, mobiliário, climatização, laboratórios e seus equipamentos de grande, médio e pequeno porte; instalações para o acesso à internet e banda larga nas dependências do Campus; acervo bibliográfico; multimídias e instrumentos/equipamentos; mantendo um padrão de suficiência de acordo com as exigências do MEC para o bom cumprimento de sua missão.

Na Tabela 12, são apresentados os quantitativos gerais dos ambientes do Campus em 2018, com sua respectiva área em metros quadrados e a projeção de ampliação dessa infraestrutura física. Não entraram nesta planilha as obras de reforma e adaptação que devem ser objeto de um plano a ser elaborado pela Reitoria do IFPA em conjunto com o Campus.

Tabela 12 - Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.

Infraestrutura	Área atual em m ²	Qtde atual (Unidade)	2019	2020	2021	2022	2023
Área de Convivência/ Lazer	1683,61	1	2	3	3	3	3
Quadra de Esporte/Ginásio Coberto	1.096,34	1	1	1	1	1	1
Auditório	274,14	1	1	1	1	1	1
Banheiros	332,96	38	38	38	50	50	50
Biblioteca/Sala de Leitura/computação	276,90	1	1	1	1	1	1
Instalações Administrativas	516,84	19	19	19	30	30	30
Laboratórios de Informática	126,8	3	3	3	3	3	3
Outros Laboratórios	672,50	12	12	12	12	12	12
Salas de aula	1.088	12	12	12	17	17	17
Sala de Coordenação de Curso	135,62	5	5	5	5	5	5
Sala de Professores	103	1	1	1	2	2	2
Refeitório/Restaurante	483,37	0	0	0	1	1	1
Almoxarifado	0	0	0	0	0	0	0
Alojamento para alunos	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	6.790,08	94	2114	2116	2147	2148	2149

Fonte: IFPA, 2020 (PDI 2019-2023)

10.2 Biblioteca

O Campus conta com uma biblioteca estruturada, conforme descrito na Tabela 13, que apresenta a quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.

Tabela 13 -Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.

	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares	Qtde Títulos	Qtde Exemplares
Livros	3910	6655	491	7655	5910	8655	6632	9448	7632	10448	8632	11448
Periódicos	10	311	16	339	19	361	22	383	25	405	28	427
Obras de referência	12	12	14	14	18	18	20	20	24	24	26	26
Vídeos	84	231	94	241	104	251	114	261	124	271	134	281
DVDs	84	231	94	241	104	251	114	261	124	271	134	281
Assinaturas Eletrônicas	0	0	6	6	8	8	4	4	4	4	4	4
Outros	42	42	84	84	168	168	336	336	672	672	1344	1344
TOTAL	4142	7482	799	8580	6331	9712	7242	10713	8605	12095	10302	13811

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

a) Infraestrutura Física

O prédio da Biblioteca localiza-se no pavimento térreo do bloco de pesquisa e extensão. Como está no mesmo plano (cota) externo, permite o acesso a PNE sem necessitar de adaptações diferenciadas dos demais usuários.

Quanto ao zoneamento, foi priorizado um layout que distribui linearmente a partir da porta de acesso principal os seguintes serviços: guarda de objetos pessoais em armários de ferro, 02 salas para trabalhos administrativos, balcão de atendimento ao público, 01 banheiro de acesso ao público (sendo também adaptado a PNE) e 01 sala de estudos individuais que comporta 10 usuários.

O acervo está instalado em uma área de acesso livre ao público, comportando exemplares acomodados em estantes de ferro, devidamente catalogados e distribuídos por áreas do conhecimento. Ele, ainda, conta inclusive com literaturas em braile, mas não disponibiliza profissionais habilitados ao atendimento educacional especializado. Não disponibiliza sala de estudos em grupo. O salão de leitura coletiva comporta 12 mesas e 15 computadores com acesso à internet. Do ponto de vista da conservação, as instalações físicas da Biblioteca apresentam-se em bom estado, compatível com o tempo de implementação do Campus. Abaixo, segue o Quadro 7 detalhado contendo as descrições do espaço físico da Biblioteca:

Quadro 7–Detalhamento das descrições do espaço físico da Biblioteca

	Und	m²
Ambientes de estudo individuais	1	14,30
Ambientes de estudo em grupo	0	0
Salas para os técnicos administrativos	2	17,94
Espaço físico para o acervo	1	68,60
Espaço para atendimento educacional especializado	1	8,50

Fonte: Autoria IFPA, Campus Conceição do Araguaia

b) Serviços e Informatização

Apesar de a biblioteca dispor de logística necessária para o funcionamento do software *Pergamum*. Apenas em 2020, pode-se contar com um profissional bibliotecário com CBR para fazer a catalogação e indexação do material bibliográfico, para então a utilização do referido software e as vantagens que o mesmo oferece, tal como: acesso público ao acervo via internet para consultas e reservas.

Todavia, a catalogação do acervo é feita por meio de planilhas (Excel), acessada somente pelo pessoal administrativo da biblioteca. O sistema de empréstimo de acervo é feito através de controle manual em fichas de cadastro de usuários devidamente matriculados na instituição. O manual do usuário e regimento interno são disponibilizados de forma impressa e dispostos no balcão de atendimento.

c) Espaço físico para estudos

A Biblioteca está localizada numa área física de aproximadamente 270m². O acervo com área de 110m², área dos computadores 5,6m², cabines individuais com área de 3,4m², salas de estudo com área de 30m²; área com os armários de guarda volumes com 170 m²; entrada para o acesso ao ambiente da Biblioteca, este ambiente conta com mesas dos servidores para o atendimento dos serviços de empréstimo, devolução e renovação das obras, além de outros serviços, e a área com os cinco (05) computadores para a pesquisa dos usuários, área do salão de leitura, área do acervo, esta é voltada para o atendimento dos Cursos Integrados, Técnicos, Graduação e Pós-graduação.

d) Horário de funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda a sexta, ininterruptamente, das 08h às 22h.

e) Pessoal técnico-administrativo

A Biblioteca conta com uma equipe de 5 servidores, sendo a composição do quadro funcional constituída por uma bibliotecária (Thais Cravo Amorim Santos), três auxiliares de

biblioteca (Adirailton Araujo da Silva, Gisely Cristina Monteiro Nascimento e Leudicea Clemente de Sousa) e uma assistente em administração (Sebastiana Ferreira Bezerra).

f) Serviços oferecidos

A Biblioteca oferece serviços de consulta ao acervo, empréstimo, devolução, renovação, reserva, acesso ao catálogo on-line (Sistema *Pergamum*); sala de estudo individual, elaboração de ficha catalográfica, levantamento bibliográfico, orientações de normalização, Consulta *in loco* para usuário internos e externos à instituição e elaboração de ficha catalográfica.

g) Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo

Em 2021, o Campus possui um acervo de 7.485 títulos e projeta-se um total de 9.485 para 2023. Quanto ao número de exemplares, o IFPA passará de 9.980 em 2021 para 11.980 em 2023.

Para isso, há uma previsão para aquisição de obras, conforme a cota orçamentária destinada para a Biblioteca. Portanto, a partir da relação bibliográfica sugerida pelos professores das disciplinas e de seus coordenadores, o Campus, no período de 2019 - 2023, pretende adquirir o acervo descrito abaixo:

1. Aquisição de mil obras bibliográficas básicas e a compra de quinhentas obras bibliográficas complementares dos cursos do Integrado para suprir às necessidades informacionais dos alunos em seus estudos;
2. Aquisição de mil obras bibliográficas nos cursos de graduação e de mil obras bibliográficas do curso de Pós-Graduação para suprir às necessidades informacionais dos alunos em seus estudos;
3. Aquisição por meio de assinatura de acervo eletrônico/digital de Livros e Periódicos sugeridos pelos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação para suprir as necessidades informacionais dos alunos em seus estudos.

h) Plano de Atualização do Acervo

A Biblioteca do IFPA – Campus Conceição do Araguaia possui um plano de ação, que norteia a política referente ao acervo, a seleção, a aquisição e o armazenamento de publicações e outros materiais, melhorando a qualidade do tratamento e o acesso dos usuários aos serviços e materiais bibliográficos, define, ainda, o atendimento prestado pelo setor, disponibilizando todo o acervo aos seus usuários.

10.3 Laboratórios de Informática e Equipamentos de Tecnologia da Informação

Em 2019, existiam instalados e disponíveis, para fins acadêmicos, um total de 109 computadores distribuídos nos ambientes de trabalho; e com previsão de ampliação para 151 computadores. Esta ampliação visa atender a capacidade máxima disponível de cada ambiente com objetivo de atender a plena atuação do Campus.

Já em 2021, com base no relatório do Departamento de TI do Campus, consta 63 computadores de uso exclusivo dos alunos, dentre eles, 55 computadores distribuídos em 3 laboratórios, sendo: 20 computadores no laboratório de Informática; 15 laboratórios mini; 20 no laboratório de Geoprocessamento e 8 computadores na Biblioteca. Possui, ainda, 65 computadores funcionando para servidores administrativos e acadêmicos, logo, registra-se um total de 128 em funcionamento.

Além dos laboratórios descritos acima, o Campus possui os de Entomologia, Botânica, Fitossanidade e Microbiologia, Solos, Edificações, Irrigação e Hidráulica, Segurança do Trabalho, Marketing e Eventos, Águas, Esgoto e Saneamento. No CEAGRO, consta apenas o laboratório de Zootecnia e Nutrição Animal.

Vale destacar que para o uso exclusivo dos alunos constam 63 computadores distribuídos para um quantitativo de 633 alunos regularmente matriculados, com uma média de 10,5 alunos por computador. Pretende-se, portanto, ampliar a capacidade em relação ao quantitativo por aluno.

Há também a previsão de implantação de sistema de telefonia digital VoIP no Campus, tendo em vista que não há comunicação entre setores nem aquisição de equipamentos para armazenamento e compartilhamento de dados (do tipo *Storage*) para todos os cursos do Campus. A aquisição do equipamento para armazenamento de dados serve de

base, também, para o futuro sistema de vídeo-monitoramento, destinado a atender não só os laboratórios, mas também a todos os setores que possuem patrimônio e necessitam de uma vigilância mais precisa.

Tabela 14 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	70	40	0	20	0	0	130
Impressoras	0	0	0	3	0	0	3
Projetores	2	1	0	6	0	0	9
Televisores	0	1	0	5	0	0	6
Outros	0	0	0	1	1	3	5
Nobreak	0	0	0	10	0	0	10
Estabilizadores	0	0	0	20	0	0	20
Switch	0	0	0	5	0	0	5
Rack	0	0	0	5	0	0	5
Lousa Digital	0	0	0	1	1	1	3

Fonte: IFPA(2019), PDI 2019-20

10.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo

Na tabela 15 são apresentados os quantitativos gerais da estimativa de equipamentos de informática e de audiovisual para uso administrativo no âmbito do IFPA.

Tabela 15 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	93	7	0	20	0	0	120
Impressoras	13	2	0	0	0	0	15
Projetores	0	0	0	0	0	0	0
Televisores	2	1	0	4	0	0	7
Scanner	4	0	0	2	0	0	6

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

Quando se trata de inclusão do aluno portador de necessidades especiais, a preocupação do IFPA Campus Conceição do Araguaia não se restringe apenas aos projetos pedagógicos. A sala de aula e o acesso ao prédio escolar também são aspectos importantes que contribuem bastante neste processo.

O prédio possui rampas de acessibilidade para alunos portadores de deficiências motoras, visuais e outras, de acordo com a legislação vigente. Essas adaptações vão desde sanitários especiais, sinalização podotátil para auxiliar a locomoção dos deficientes visuais, até elevadores e rampas. Diante disso, todas as obras recentes do IFPA Campus Conceição estão sendo projetadas dentro dos critérios de acessibilidade, o objetivo é contribuir para a inclusão do aluno portador de alguma necessidade especial.

Ainda, de acordo com o Plano de Acessibilidade, os prédios devem ser adequados, sempre que viável, de forma a permitir a acessibilidade do aluno a todos os ambientes. Para tanto, traçamos ações para o período de 2019-2023, para garantirmos a execução das ações, sendo elas:

- Curso básico de Libras para servidores, alunos e comunidade;
- Desenvolvimento de projeto de extensão com para atender à população com necessidade específica;
- Identificar os tipos de necessidades na comunidade estudantil;
- Promover palestras com foco em necessidades específicas (I Jornada de diálogos sobre acessibilidade e inclusão).

Vale destacar, que o IFPA criou um indicador de acessibilidade para este PDC, tal indicador pretende medir, no Campus, o nível de atendimento dos requisitos de acessibilidade exigidos pela legislação. A meta é que o IFPA alcance 50% de atendimento desses requisitos, que incluem também a acessibilidade às páginas do IFPA na Internet. No link a seguir: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/pdi-2019-%202022/4610-5-quadros/file>, são apresentados os Quadros, que tratam, respectivamente, do Plano de Promoção de Acessibilidade do IFPA, e das ações planejadas para promover acessibilidade aos portadores de necessidades especiais (IFPA, 2019).

10.6 Plano de substituição de veículos

Nos últimos exercícios, não se conseguiu idealizar o plano de substituição da frota de veículos do IFPA devido às medidas de racionalização do gasto público que suspendeu novas aquisições de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, e de locação de veículos, conforme as Portarias nº 67, de 1º de março de 2016 e nº 234, 19 de julho de 2017, alterado pela Portaria nº 179/2019 – ME, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

Apesar das restrições, tendo em vista à necessidade de adequação da frota de veículos no IFPA – Campus Conceição do Araguaia, será elaborado um Plano de Substituição de Frota do IFPA até junho de 2022, porém, mesmo com as restrições supracitadas conseguimos com ajuda de emendas parlamentares, a aquisição de um Micro-ônibus novo que veio a complementar a frota do Campus.

Em 2021, o Campus IFPA/Conceição do Araguaia conta com os seguintes veículos: 02 Camionete triton, 01 Camionete outdoor, 01 Doblo attractiv, 01 Fiat palio, 03 Micro-ônibus, apenas um é novo.

Vale destacar que 07 (sete) dos 08 (oito) veículos do Campus são automóveis que já possuem mais de 10 (dez) anos de uso, sendo necessária a troca. Dito isso, faz-se necessário a aquisição de novos veículos ou contratação de empresa terceirizada que forneça tais serviços, considerando-se o estudo sobre o melhor custo benefício. A previsão para aquisição ou contratação deverá ocorrer até 2023.

11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFPA

Neste capítulo, será apresentada a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico, os Órgãos Colegiados e as Políticas de Gestão do IFPA.

11.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

Em relação à Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico do IFPA, esses foram criados com base na Lei nº 11.892/2008, que cria a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como define a estrutura básica de funcionamento dos Institutos Federais.

Com base nessa lei, as instituições abrangidas criaram seus Estatutos e Regimentos Gerais, bem como outros normativos que estabelecem sua forma de funcionamento e de organização. Nesse sentido, é apresentado a seguir os principais documentos que estruturam a organização administrativa e acadêmica do Campus.

11.1.1 Estatuto

O documento completo do Estatuto do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 120/2020-CONSUP, de agosto de 2020, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5245-resoluc-a-o-n-120-2020-consup-ifpa-estatuto-ifpa-1/file>.

11.1.2 Regimento Geral

O documento completo do Regimento Geral do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 190/2020 - CONSUP, de 21 de dezembro de 2020, que regulamenta as atividades da administração superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a instituição, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5483-resolucao-n-190-2020-consup-ifpa-regimento-geral/file>.

11.1.3 Regimento Disciplinar Discente

O documento completo do Regimento Disciplinar Discente do Campus Conceição do Araguaia, aprovado pela portaria nº 152/2017/Campus, de 29 de maio de 2017, encontra-se disponível neste link: <https://conceicaodoaraguaia.ifpa.edu.br/component/content/article/2-uncategorised/341-regulamento-da-conduta-estudantil>

11.1.4. Instâncias de Decisão

Colegiado de Curso: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;

Conselho de Classe: órgão de assessoramento à Direção de Ensino em assuntos de natureza didático-pedagógica. Tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

Comissão Permanente de Pessoal docente (CPPD): é o órgão de assessoramento à Reitoria para a formulação e acompanhamento da política de pessoal docente do Campus Conceição do Araguaia/IFPA, com vistas ao aperfeiçoamento e atualização do seu pessoal docente, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes emanadas pela CPPD central e órgãos da Administração Federal.

Comissão Interna de Supervisão (CIS): tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

Comissão Própria de Avaliação (CPA): tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP. No Campus Conceição do Araguaia a CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes, em consonância com as diretrizes da CPA central do IFPA.

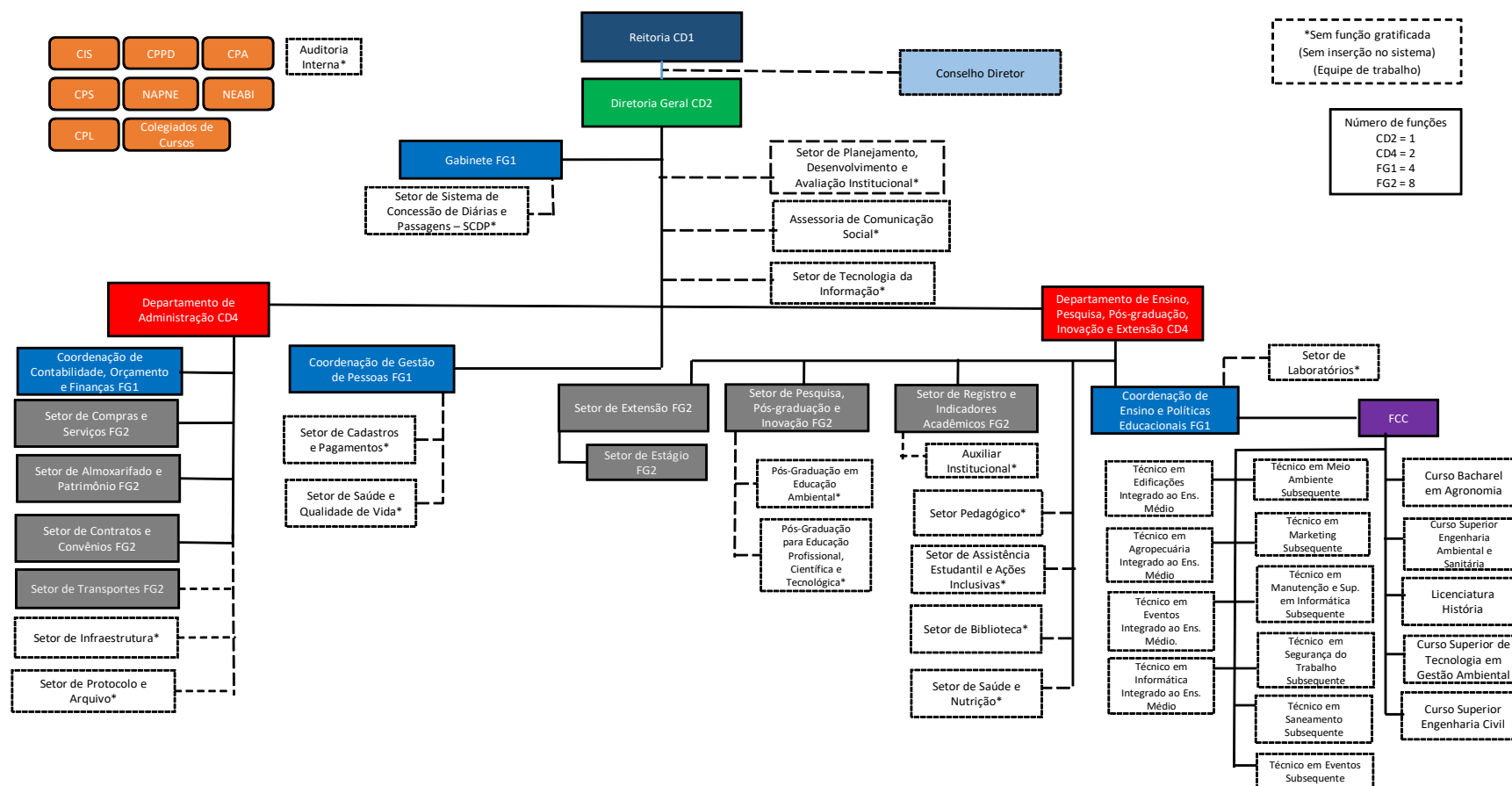
11.1.5. Forma de Funcionamento e Organização do Campus

Quanto ao organograma do Campus Conceição do Araguaia, este define a Estrutura Organizacional do Campus, criado por meio da Resolução nº 105/2020, em 03 de julho de 2020, com a seguinte Estrutura Organizacional: Direção Geral: Chefia de Gabinete; Setor de Sistema de Concessão de Diárias e Passagens; Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional; Assessoria de Comunicação Social; Setor de Tecnologia da Informação; Coordenação de Gestão de Pessoas; Setor de Cadastro e Pagamentos e Setor de

Saúde e Qualidade de Vida. Departamento de Administração: Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças; Setor de Compras e Serviços; Setor de Almoxarifado e Patrimônio; Setor de Contratos e Convênios; Setor de Transportes; Setor de Infraestrutura e Setor de Protocolo e Arquivo. Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação; Coordenação de Ensino e Políticas Educacionais; Setor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Setor de Extensão; Setor de Estágio e Setor de Registros e Indicadores Acadêmicos.

A Figura 3 compreende o organograma do Campus com as demais estruturas organizacionais e suas atribuições, conforme Resolução Consup nº 105/2020.

Figura 3 - Organograma Campus Conceição do Araguaia Resolução nº 105/2020.



11.2 Órgãos Colegiados

11.2.1 CONDIR e outros

O Conselho Diretor (CONDIR) é a última instância recursal no âmbito do IFPA Campus Conceição do Araguaia. Caracteriza-se como órgão consultivo e deliberativo máximo do Campus para assuntos de política acadêmica e administrativa. Suas atribuições são conferidas pelo Regimento Geral do IFPA e pelo Regimento Interno do referido conselho, com composição conferida pelo mesmo regimento, sendo composto pelo Diretor Geral do Campus, como presidente; Diretor de Ensino no Campus; Coordenador de Pesquisa. Pós-graduação e Inovação no Campus; Coordenador de Extensão no Campus; Diretor de Administração no Campus; Coordenador da Gestão de Pessoas no Campus. Além disso, a Resolução 190/2020, no seu capítulo III, seção I, Art. 48, detalha a composição do CONDIR do Campus, conforme descrito:

VII.2 (dois) representantes e igual número de suplentes, destinado à comunidade acadêmica constituída por servidores (as) docentes efetivos do quadro ativo permanente, eleitos (as) por seus pares. VIII. 2 (dois) representantes, sendo 1 (um) do nível médio e 1 (um) do nível superior, e igual número de suplentes, destinado à comunidade acadêmica constituída pelo corpo discente, regularmente matriculado (a) de acordo com o Regulamento Didático e Pedagógico do Ensino no IFPA, eleitos (as) por seus pares; IX. 02 (dois) representantes e igual número de suplentes destinado à comunidade acadêmica constituída por servidores (as) técnico-administrativo efetivos do quadro ativo permanente, eleitos (as) por seus pares; X. 1 (um) representante dos egressos e igual número de suplentes, que não seja servidor (a) do IFPA ou aluno (a) regularmente matriculado, indicado pela entidade de classe que os represente na área de abrangência do Campus ou eleito por seus pares; XI. 1 (um) representante dos pais de estudantes e igual número de suplente, que não seja servidor (a) do IFPA ou aluno (a) regularmente matriculado, eleito por seus pares, em reunião ordinária convocada pela Direção Geral do Campus especificamente para este fim; XII. 2 (dois) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 1 (um) indicado por entidades patronais, 1 (um) indicado por entidades dos trabalhadores.

A composição e atribuições do CONDIR são conferidas pelo Regimento Geral do IFPA de acordo com a Resolução 190/2020 que revogou a resolução 399/2019, conforme o link a seguir: (acesse: <https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colégiados/anexos/regimento-retificado-2020-12-21.pdf>).

11.3 Políticas de Gestão do IFPA

Neste item, serão apresentadas as seguintes políticas de gestão: Integrada, de Transparência e de Acesso à Informação, de Pessoas, por Processos, de Riscos e Controles, de Meio Ambiente e o Modelo de Gestão do Campus.

11.3.1 Política de Gestão Integrada

O Campus Conceição do Araguaia continuará com iniciativas que buscam aperfeiçoar a atual política de gestão, que consiste num modelo de gestão democrática, participativa e transparente, seja por meio da integração entre as unidades do Campus e da Reitoria e até mesmo a integração com outros Campi do IFPA. Dessa forma, promovendo a troca de experiências exitosas, o compartilhamento de soluções aos problemas comuns e o alinhamento de práticas. Para tanto, prevêem encontros semestrais para socialização das normativas que norteiam as atividades da instituição, sendo um desses encontros entre as áreas consideradas finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) e outro para integrar as áreas de apoio, ou mesmo a integração entre todas as áreas.

O Campus tem ampliado cada vez mais ações de integração por meio de comissões, comitês, núcleos, grupos de trabalhos e eventos acadêmicos com objetivo de consolidar e aperfeiçoar a atual política de gestão.

11.3.2 Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação

Visando divulgar à comunidade em geral as informações da gestão e disponibilizar as demais informações produzidas pelo Campus Conceição do Araguaia, salvo as classificadas como restritas e sigilosas, o Campus realizará apresentações do perfil orçamentário da instituição em momento específico, promoverá ampla divulgação de relatório semestral com dispêndios do Campus e fortalecerá a divulgação dos documentos institucionais, dos atos administrativos e das ações desenvolvidas, mediante trabalho conduzido pela assessoria de comunicação por meio do sítio eletrônico do Campus e outras formas de divulgação.

Também serão devidamente divulgados os resultados relacionados à gestão, produzidos pela CPA, estimulando o debate a fim de melhorar o desempenho geral do Campus.

Ademais, será elaborada pelo IFPA a Política de Transparência da Informação, cabendo ao Campus seguir suas normativas, com o objetivo de estimular nos servidores o sentimento de que todos precisam tornar os atos institucionais cada vez mais transparentes.

11.3.3 Política de Gestão de Pessoas

É necessária a implementação da Política de Gestão de Pessoas no Campus, cujo foco será o Programa de Valorização dos Servidores. A Política deverá pensar cenários para o desenvolvimento dos servidores para os próximos cinco anos e o Programa deverá desenvolver projetos que proporcionem aos servidores, condições de exercerem suas atividades de forma saudável e segura, contemplando temas como: saúde, segurança, humanização, reconhecimento, banco de talentos, gestão por competência, esporte, cultura e lazer, etc.

Não obstante, o Campus deverá apoiar o trabalho da Comissão de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do servidor, incentivando o desenvolvimento de ações culturais e esportivas, a realização de eventos abrangendo temas diversos, como exames de rotina, orientação nutricional, ginástica laboral, avaliação e correção de postura e ergonomia no trabalho, bem como oficinas sobre prevenção de acidentes de trabalho e intervenção em incêndios.

O Campus deverá, ainda, estabelecer o Programa de Acolhimento e Formação de Novos Servidores com a finalidade de integrar os servidores que entrarem em exercício no Campus e auxiliá-los no processo de adaptação ao novo ambiente de trabalho e conhecimento da estrutura do IFPA. Para tanto, será ofertado Curso de Ambientação dos Novos Servidores com o objetivo de acolher, compartilhar informações e esclarecer dúvidas.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas(PDP), trata-se de um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no qual o Campus está inserido.

As capacitações encontram-se fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

Os afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos do Campus Conceição do Araguaia, para a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, seguem as normativas vigentes.

11.3.4 Políticas de Gestão por Processos

O Campus Conceição do Araguaia desenvolve diversas atividades que levam à produção de resultados. Essas em conjunto podem ser enquadradas como processos, que, de forma integrada, trabalham para atingir os objetivos principais da organização, diretamente relacionados à sua missão institucional.

A gestão de processos organizacionais do Campus Conceição do Araguaia tem como principais objetivos:

- Conhecer e modelar os processos organizacionais desenvolvidos pela instituição e disponibilizar as informações sobre eles, promovendo a sua uniformização e descrição em manuais;
- Promover o monitoramento e a avaliação de desempenho dos processos organizacionais, de forma contínua, mediante a construção de indicadores apropriados;
- Implantar melhorias nos processos, visando alcançar maior eficiência e eficácia no seu desempenho;
- Compreender e atender às expectativas da sociedade, em especial o público a quem mais diretamente o Campus entrega seus serviços.

Além disso, busca desenvolver e implementar metodologias de gerenciamento de processos e controles internos, com o objetivo de apoiar melhorias contínuas nos processos organizacionais, projetos e iniciativas estratégicas.

11.3.5 Políticas de Gestão de Riscos e Controles

O Campus Conceição do Araguaia aderiu a Política de Gestão de Riscos e Controles implantada pelo IFPA, e para isso elaborará Planos de Gestão de Riscos para as suas unidades/setores, com a finalidade de aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos e redução dos riscos a níveis aceitáveis. Deverá ainda elaborar o Plano de Gestão de Riscos à Integridade, cujo objetivo é desenvolver ações que minimizem as possibilidades de ocorrência de casos de fraude e corrupção no âmbito do Campus Conceição do Araguaia.

Vale destacar, que o Campus utiliza ferramentas de gestão, dentre elas, o Planejamento anual de Metas (PAM), como instrumento de planejamento e monitoramento das ações do Campus. O plano de gestão de risco está sendo implementado e monitorado pelo Setor de Planejamento e Desenvolvimento e Avaliação Institucional (SPDAI), prevê-se a criação do Comitê de Gestão de Riscos, Controles e Integridade, formado por servidores do Campus com competências técnicas para a atividade.

11.3.6 Política de Meio Ambiente

O IFPA tem adotado atitudes responsáveis quanto ao meio ambiente, haja vista que a instituição aprovou em 2018 o Plano de Sustentabilidade Ambiental, que prevê ações para diminuição de despesas com energia elétrica, água, aquisição de papel e de copos descartáveis. Neste sentido o Campus adota as seguintes medidas:

- Viabiliza estudo que possibilite a orientação quanto à utilização eficaz dos recursos pela comunidade acadêmica;
- Estabelece programa de redução de custos com energia elétrica, apoiando a Comissão de Meio Ambiente, para que aplique as normativas da Política de Meio Ambiente da instituição;
- Dá preferência para utilização de combustível menos poluente, como biodiesel e álcool;

- Utiliza produtos para limpeza e conservação da infraestrutura e bens móveis compostos de substâncias de menor toxicidade, conforme exigência no contrato de manutenção;
- Avança na redução do consumo de papel, pois com a adesão ao plano do Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos, o Campus reduziu significativamente o consumo desse material;
- Realiza aquisições com critérios de sustentabilidade.

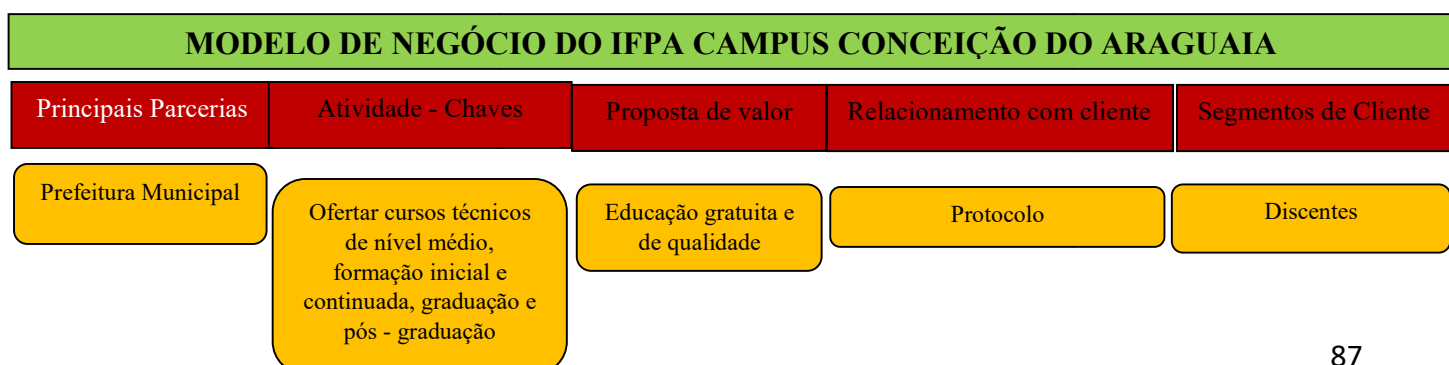
O Campus prevê, ainda, que os projetos de novas obras atendam aos requisitos de sustentabilidade ambiental, com sistemas de iluminação mais econômico e sustentável, aproveitamento e utilização de água das chuvas, visando à eficiência do gasto público por meio do consumo consciente e consequente redução dos impactos ambientais.

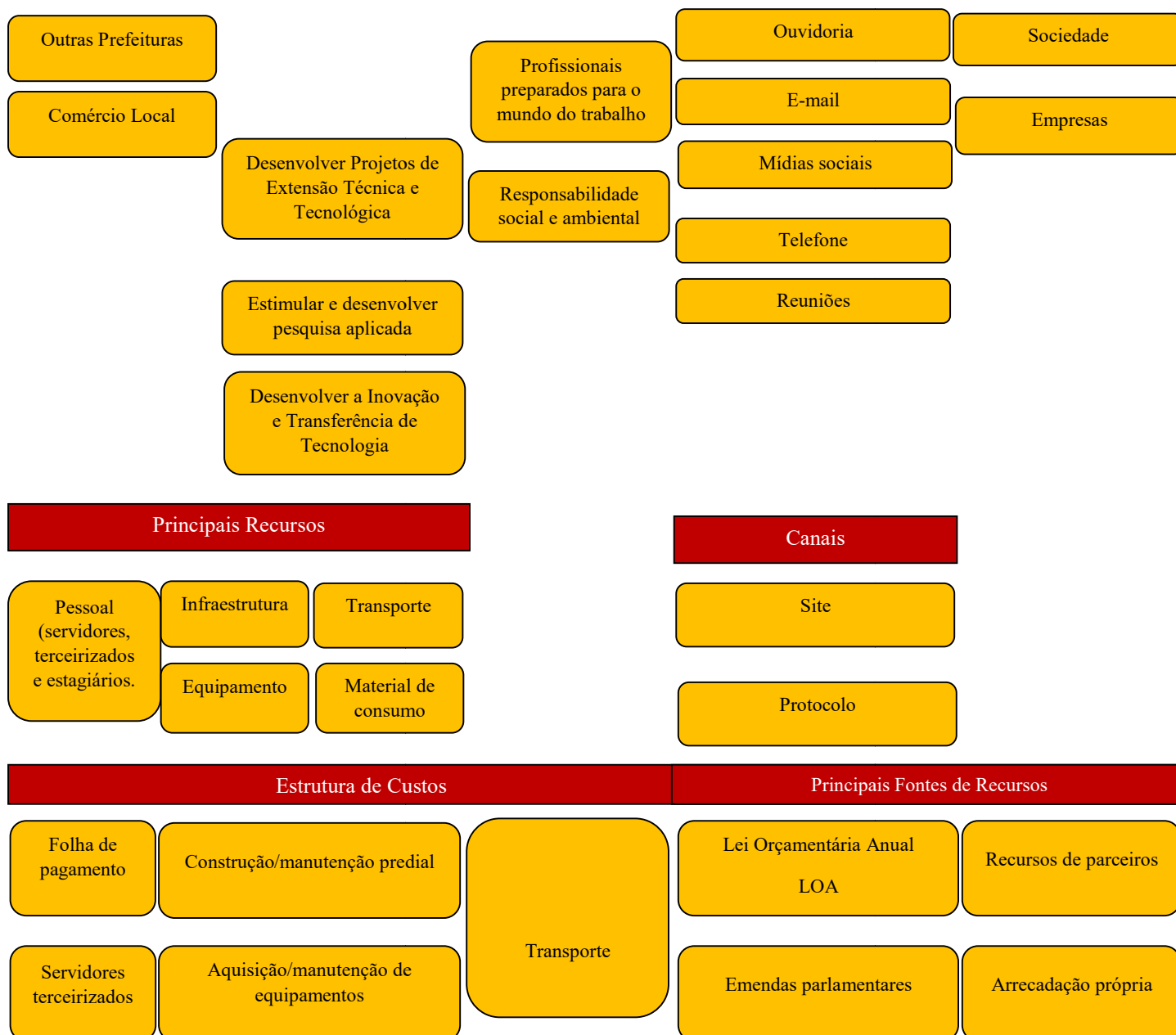
11.3.7 Modelo de Gestão do Campus

Em consonância com a Política de Gestão que vem sendo desenvolvida no órgão, a partir do PDC 2019-2023, o Campus Conceição do Araguaia adotou o Modelo de Excelência na Gestão (MEG), desenvolvido pelo Programa Gespública, do Governo Federal. Esse modelo de gestão se apresenta como o mais adequado para a realidade da instituição, pois é pensado para organizações que tenham como princípio a gestão democrática e participativa, por meio do qual se deve construir a definição de Missão, Visão, Valores, Planejamento Estratégico, Indicadores de Desempenho e ferramentas de monitoramento de resultados.

Para alcançar a Excelência na Gestão, é preciso também ter claro o modelo de negócio da instituição, para que se tenha governança sobre as principais atividades desenvolvidas, de acordo com a missão institucional.

Figura 4 - Modelo de Negócio do Campus Conceição do Araguaia.





Fonte: Adaptado da PRODIN/IFPA (2019).

O Campus busca priorizar a qualidade do ensino, valorizar o Plano de Desenvolvimento Institucional, aperfeiçoando cada vez mais o sistema de gestão democrático-participativo que valorize os servidores, tendo como resultado a eficácia no uso dos recursos públicos e a garantia da transparência às ações da gestão.

12. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Neste capítulo, são apresentados os programas de apoio pedagógico e financeiro, o estímulo à permanência, a organização estudantil e o acompanhamento dos egressos do Campus.

12.1 Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços).

A Política de Assistência Estudantil do IFPA, instituída pela Resolução nº 147/2016 – CONSUP, vislumbra aos direitos sociais do estudante e volta-se para a formação e o exercício da cidadania focada no processo educativo, a fim de que suas ações contribuam para condições favoráveis de permanência e êxito, possibilitando, assim, a promoção de melhores condições de vida e de mudanças no contexto social no qual está inserido. A política também orienta a elaboração e a implementação de ações, visando ao êxito dos discentes com garantias de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes do IFPA, com vistas à inclusão social, à formação plena, à produção do conhecimento e à melhoria do desempenho acadêmico.

Os alunos regularmente matriculados nos cursos do Campus, em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, podem ser beneficiados com as ações da Assistência Estudantil.

O atendimento ao educando no Campus é realizado pelo Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas, o qual é formado por equipe multidisciplinar. O setor conta com apoio da equipe pedagógica composta por pedagogos e outros TAEs, além do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

As ações da Assistência Estudantil são regidas, necessariamente, por edital próprio, que consta o número de alunos atendidos em cada ação, os valores e os critérios. Por meio dos editais, o Campus oferece como principais bolsas: Auxílio Moradia; Auxílio Alimentação; Auxílio Transporte e Auxílio Creche.

12.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro

Os estudantes que buscam formação no Campus IFPA/Conceição do Araguaia receberão auxílios por meio de programas de apoio pedagógico e financeiro, em forma de bolsas, para atender suas necessidades, sendo eles:

- a) O Auxílio Permanência corresponde à concessão de auxílio financeiro com repasse direto a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, para contribuir com despesas de alimentação, transporte, moradia, atenção à saúde, creche e apoio pedagógico visando à permanência e êxito no percurso formativo.
- b) O Programa de Monitoria de Ensino, destinado a estudantes regularmente matriculados nos cursos superiores de graduação do Campus, em situação de vulnerabilidade social para o caso de monitoria com bolsa, orientados por docente efetivo ou substituto do IFPA, e extensivo aos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs. Ademais, a monitoria de ensino realiza ações de assistência a aulas ou a atividades de auxílio ao professor com a finalidade de melhoria do processo de ensino- aprendizagem nos cursos superiores de graduação do IFPA, favorecendo a articulação entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem. Ainda, contribui com a criação de condições para a iniciação à prática docente, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;
- c) O Auxílio PcD consiste em um apoio financeiro aos estudantes do IFPA que possuam algum tipo de deficiência, visando contribuir com as despesas de alimentação, transporte, moradia e material de apoio pedagógico, durante o tempo regular do curso, até a integralização curricular. Serão contemplados com o Auxílio PcD estudantes com deficiência, regularmente matriculados em cursos técnicos de nível médio ou graduação do IFPA, que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social.
- d) O Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA (PRO-EXTENSÃO) é um instrumento de incentivo ao desenvolvimento de projetos de Extensão, com ênfase na formação dos estudantes e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da Extensão no âmbito do IFPA. Este auxílio corresponde a um repasse financeiro direto aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

- e) O Auxílio Assistência à Pesquisa pelo Programa Interno de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação tem por objetivo geral estimular os estudantes em situação de vulnerabilidade social do ensino técnico de nível médio e da graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento científico, tecnológico e processos de inovação. Além disso, motivar a participação dos estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e nos cursos superiores do Campus Conceição do Araguaia do IFPA no processo de interação com a sociedade e emancipação do cidadão, por meio de atividades de pesquisa que contribuam para a formação profissional.

Vale destacar que em 2020 para atender a excepcionalidade decorrente da pandemia do Coronavírus, foi aprovado o auxílio inclusão digital que possibilita o (a) estudante utilizar o recurso para adquirir chip de celulares e/ou pacote de dados para acesso à internet. Esse auxílio foi fundamental, possibilitando aos estudantes com vulnerabilidade social a participação nas aulas remotas.

12.3 Organização estudantil

A atuação do movimento estudantil na instituição exerce papel significativo na estrutura organizacional, uma vez que representa a força impulsionadora para os processos de melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos. As políticas de incentivo à organização da classe discente no IFPA refletem-se na oferta de infraestrutura mínima de funcionamento do Grêmio Estudantil e do Diretório dos Centros Estudantis (DCE), nas orientações e no apoio à criação de entidades estudantis e na realização de atividades culturais e de lazer, bem como na garantia de canais de comunicação entre os educandos e a gestão.

Enquanto o Grêmio é um colegiado de estudantes do Ensino Técnico, o DCE visa congrega os estudantes dos Cursos Superiores, funcionando de acordo com seu estatuto, além de discutir os interesses do corpo estudantil e promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e técnico-administrativo do instituto.

Portanto, as ações de incentivo à organização da classe discente no Campus refletem-se na oferta de infraestrutura mínima para o funcionamento das representações estudantis, no

apoio e nas orientações, por meio de palestras e atividades culturais e de lazer, além de assento no fórum de assistência estudantil do Campus.

12.4 Acompanhamento dos egressos

O IFPA criou o Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos), por meio da Resolução nº 328/2017 – CONSUP que institui a Política Institucional para os Egressos. Essa política é de fundamental importância para o Instituto, pois a condição profissional do egresso deve orientar a construção das políticas do Instituto e a tomada de decisões em relação aos cursos ofertados. Desse modo, assegurar que o potencial de empregabilidade de um egresso pode revelar a pertinência, ou não, da oferta de determinado curso na região, ou, ainda, a necessidade de atualização do currículo.

Além disso, a Rede Observatório do Mundo do Trabalho, instituída pela Resolução Nº 483/2017-CONSUP, é um instrumento estratégico para produção e gestão do conhecimento institucional e científico, que visa ao desenvolvimento dos estudos, pesquisas e metodologias para o aprimoramento da EPTT, torna-se de fundamental importância para a discussão, compreensão e intervenção da complexa realidade educacional, social, econômica, histórica e política, na qual se insere a formação profissional ofertada pelo IFPA.

Diante ao exposto, o Campus conta com apoio do Comitê Gestor Interno de Acompanhamento de Egressos (CGIPE) e Comitê do Observatório do Mundo do Trabalho, compostos por docentes, técnicos administrativos, CPA local e discente egresso do Campus.

Para os próximos anos, o objetivo central é consolidar a Política e o ProEgressos por meio de várias ações que serão desenvolvidas ao longo desses anos. Nesse sentido, o IFPA Campus Conceição do Araguaia entende que o acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFPA possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica dos seus diversos cursos.

13. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional Interna ou Auto-avaliação está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

Nesse sentido, a Auto-avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) busca reunir dados, análises e informações, que oportunizam à Instituição uma reflexão crítica de seu percurso no período avaliado, para o planejamento de ações e a consecução de seus objetivos.

Para isso, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA Institucional) em conjunto com as Comissões Próprias de Avaliações Locais (CPAs Locais) de cada Campus e com o apoio dos dirigentes da Instituição, realiza pesquisas por meio de questionário eletrônico aplicado às diferentes categorias que integram essa instituição de ensino: discentes, docentes e técnico-administrativos. Com o objetivo de avaliar diversos aspectos e indicadores que compõem as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES. Tal pesquisa possui caráter descritivo-exploratório, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

De forma transparente, os relatórios produzidos com a sistematização dos dados da pesquisa são publicados, apresentando as demandas da comunidade acadêmica. Com os resultados, abre-se um processo de discussão com os dirigentes, já que é possível identificar, de maneira objetiva, os pontos fortes e fracos, além das ameaças e oportunidades em relação à instituição, os quais servirão de base de informações para a consignação de ações de melhorias no planejamento anual das unidades, além do aperfeiçoamento do Plano de

Desenvolvimento Institucional em sua etapa de revisão e, conseqüentemente, o contínuo desenvolvimento da Instituição.

Esse fato demonstra o comprometimento da instituição com todos os segmentos acadêmicos, buscando constantemente o aperfeiçoamento dos processos de gestão e a eficiência dos objetivos planejados e da missão da Instituição.

Por conseguinte, a Auto-avaliação Institucional busca auxiliar a Instituição a cumprir sua missão de articular o ensino, extensão, pesquisa e inovação, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes, além de desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando profissionais capacitados para o Mundo do Trabalho, em um processo de reflexão crítica e tomada de consciência visando à transformação da realidade.

Quanto à Avaliação Institucional do Campus tem-se os processos de avaliação (internos e externos). Esta consiste em incentivar os gestores e servidores a buscar o aprimoramento, a revisão da prática pedagógica, a discutir sobre tudo o que envolve o crescimento da instituição. Segundo Lück (2009, p.15), avaliação institucional é um “processo sistemático e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática escolares”.

Para a efetivação da avaliação institucional interna faz-se necessário a construção de banco de dados sobre as práticas e dados acadêmicos, tendo em conta todos os aspectos organizacionais do IFPA, tais como: estrutura física, estrutura administrativa e estrutura social. Ao se considerar todas as dimensões dos aspectos organizacionais da Instituição, o IFPA tem na participação a comunidade acadêmica, o eixo norteador da avaliação institucional. Desta forma, a avaliação institucional participativa se configura como meta para o alcance da melhoria da qualidade educacional.

A avaliação institucional no IFPA Campus Conceição do Araguaia visa ser um processo participativo, construído pela coletividade, para o fornecimento de subsídios a realização de uma gestão democrática e negociada, proporcionando conhecimento desta Instituição na sua dimensão global.

Para isso, o Campus conta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem como objetivo geral contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar

mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de auto avaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará. Ela funciona como uma espécie de braço da CPA do IFPA (Institucional) e tem as seguintes funcionalidades:

- Coleta de informações para alimentação do banco de dados do IFPA;
- Aproximação da gestão local;
- Elaboração de propostas para a melhoria do ensino a partir da realidade vivenciada;

Para o êxito no processo avaliativo a CPA deverá seguir as seguintes etapas dentro dos procedimentos metodológicos:

- Sensibilização: sensibilização dos atores envolvidos, em todas as etapas do processo avaliativo, através de oficinas, seminários e palestras;
- Planejamento: elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- Desenvolvimento: Levantamento de dados e informações, análise das informações e redação dos relatórios parciais;
- Consolidação: Elaboração do relatório final, divulgação, balanço crítico e levantamento de metas para o próximo período.

Portanto, a avaliação institucional é uma ferramenta de gestão e acompanhamento do trabalho desenvolvido, a partir da busca de evidências e informações concretas, sendo uma das estratégias para o alcance das metas do IFPA.

O Quadro 16 a seguir apresenta a proposta de desenvolvimento das ações que compõem a sistemática de avaliação institucional interna no Campus.

Quadro 8 - Cronograma geral do desenvolvimento das ações de avaliação interna no Campus IFPA/Conceição do Araguaia-PA.

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PERÍODO
Sensibilização da comunidade acadêmica	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	05/11/2018 a 16/11/2018
Realização da pesquisa	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	19/11/2018 a 21/12/2018
Organização e tabulação dos dados da Pesquisa de Auto avaliação de 2018 e encaminhamento para as CPAs Locais e Institucional	Diretoria de Avaliação Institucional	26/12/2018 a 14/01/2019

Análise dos dados da Pesquisa de Auto avaliação de 2018 pelas CPAs Locais e entrega dos relatórios 2018 para CPA Institucional.	CPAs Locais	14/01/2019 20/02/2019	a
Consolidação do Relatório de Auto avaliação de 2018 pela CPA Institucional	CPA Institucional	21/02/2019 28/03/2019	a
Encaminhamento do Relatório de Auto avaliação de 2018 para o MEC por meio do Sistema e-MEC	CPA Institucional e Procurador (a) Educacional Institucional	29/03 a 31/03/2019	
Divulgação do Relatório de Auto avaliação de 2018 e sensibilização da comunidade sobre a importância da avaliação interna e da participação da comunidade.	CPA Institucional, CPAs Locais e Assessorias de Comunicação	01/04/2019 28/06/2019	a
Visita da CPA Institucional nos Campi	CPA Institucional (agendar com as CPAs Locais)	Abril a outubro/2019 (exceto julho)	
IV Encontro das CPAs	Diretoria de Avaliação Institucional, CPA Institucional	18/06/2019 20/06/2019	a
Sensibilização da comunidade acadêmica	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	05/08/2019 27/09/2019	a
Realização da pesquisa	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	01/10/2019 31/10/2019	a
Organização e tabulação dos dados da Pesquisa de Auto avaliação de 2018 e encaminhamento para as CPAs Locais e Institucional	Diretoria de Avaliação Institucional	01/11/2019 18/11/2019	a
Análise dos dados da Pesquisa de Auto avaliação de 2018 pelas CPAs Locais e entrega dos relatórios 2018 para CPA Institucional.	CPAs Locais	19/11/2019 20/01/2020	a
Consolidação do Relatório de Auto avaliação de 2018 pela CPA Institucional	CPA Institucional	21/01/2020 28/03/2020	a
Encaminhamento do Relatório de Auto avaliação de 2018 para o MEC por meio do Sistema e-MEC	CPA Institucional e Procurador(a) Educacional Institucional	29/03/2020 31/03/2020	a
Divulgação do Relatório de Auto avaliação de 2018 e sensibilização da comunidade sobre a importância da avaliação interna e da participação da comunidade.	CPA Institucional, CPAs Locais e Assessorias de Comunicação	01/04/2020 26/06/2020	a
Visita da CPA Institucional nos Campi	CPA Institucional (agendar com as CPAs Locais)	Abril a outubro/2020 (exceto julho)	
V Encontro das CPAs	Diretoria de Avaliação Institucional, CPA Institucional	11/08/2020 13/08/2020	a
Sensibilização da comunidade acadêmica	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	14/08/2020 25/09/2020	a
Realização da pesquisa	CPA Institucional, CPAs Locais, Assessorias de Comunicação e Diretoria de Tecnologia de Informação	01/10/2020 31/10/2020	a

Organização e tabulação dos dados da Pesquisa de Autoavaliação de 2018 e encaminhamento para as CPAs Locais e Institucional	Diretoria de Avaliação Institucional	01/11/2020 16/11/2020	a
Análise dos dados da Pesquisa de Autoavaliação de 2018 pelas CPAs Locais e entrega dos relatórios 2018 para CPA Institucional.	CPAs Locais	17/11/2020 21/01/2021	a
Consolidação do Relatório de Autoavaliação de 2018 pela CPA Institucional	CPA Institucional	22/01/2021 28/03/2021	a
Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação de 2018 para o MEC por meio do Sistema e-MEC	CPA Institucional e Procurador(a) Educacional Institucional	29/03/2021 31/03/2021	a

Fonte: COMISSÃO CPA (2019)

Em relação às formas de integração, avaliação de cursos, avaliação de desempenho de estudantes e avaliação externa, essas devem compor um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade contextualizada em cada avaliação, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades, por isso, as informações obtidas farão parte de um banco de dados e estarão disponíveis a todo instante para garantir a tomada de decisão.

14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária e Financeira do Campus IFPA/Conceição do Araguaia prima pela adequação, alocação e racionalização dos recursos destinados às suas atividades finalísticas. Esse modelo leva em consideração a autonomia do Campus quanto à escolha de seus objetivos estratégicos e à aplicação de seus recursos. Assim, o Campus mantém seus objetivos estratégicos alinhados a este PDC.

Neste sentido, a execução das ações apresentadas no Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) conta com recursos orçamentários e financeiros das ações 20RL (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica), 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), 2994 (Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica) e 0250 (Arrecadação Própria). Cabe ressaltar que a execução da ação 2994 é coordenada pelo Setor de Assistência Estudantil do Campus considerando sua especificidade e sua vinculação orçamentária.

A Despesa de Custeio está relacionada à manutenção dos serviços considerados essenciais para o pleno funcionamento das atividades do Campus, relacionados principalmente aos gastos com locação de mão-de-obra e outros serviços de terceiros – pessoa Jurídica (como: energia elétrica, manutenção e conservação de veículos, manutenção e conservação de impressora, manutenção e conservação das centrais de ar, entre outros), além dos gastos com materiais de consumo.

Quanto aos recursos da ação 2994, eles visam suprir às necessidades básicas dos educandos, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade social, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho acadêmico. No capítulo 12, foi abordada de forma mais detalhada a maneira como a Política de Assistência Estudantil é executada.

Em relação às Despesas de Investimento, a principal função é o fortalecimento dos cursos através da aquisição de novos equipamentos ou materiais, assim como a constante estruturação do Campus por meio da compra de materiais permanentes e de informática.

Já a ação 4572 utiliza este recurso com a finalidade de capacitar e qualificar os servidores em cursos, congressos, seminários e afins, fazendo com que se tornem gradativamente mais preparados e qualificados para desenvolverem suas atividades.

Cabe ressaltar que no decorrer dos próximos exercícios financeiros o reajuste dos valores das matrizes orçamentárias tomará como referência os índices do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC

Não se pode conceber qualquer planejamento sem pensar na sua avaliação e monitoramento em intervalos regulares durante o período de execução do PDC. Nesse contexto, o monitoramento visa ao gerenciamento das informações sobre a execução das ações e indicadores necessários para o alcance dos objetivos, com o firme propósito de permitir a tomada de decisão pelos gestores de forma tempestiva.

É por meio do Plano Anual de Ações e Metas (PAM) e Relatório de Gestão do Campus que será possível realizar um acompanhamento sobre a execução das metas e seus efeitos sobre os resultados esperados dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDC. Sendo

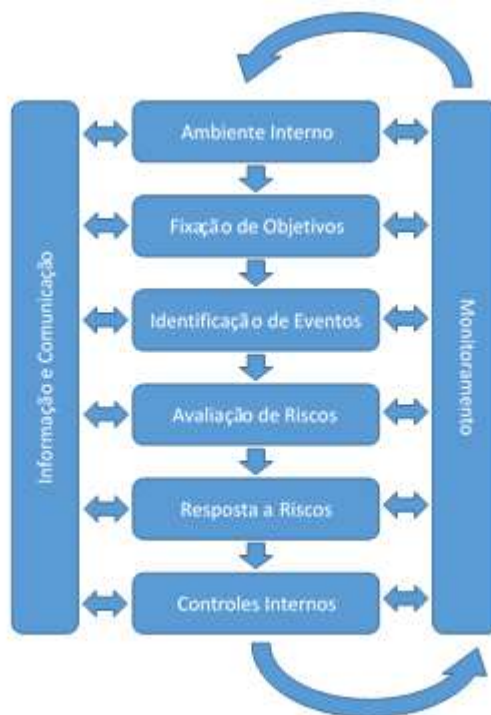
que serão realizadas avaliações do desempenho do PDC anualmente, de modo a favorecer a correção de desvios que possam ocorrer durante sua implementação.

Ainda, será realizado um levantamento concernente a cada um dos objetivos e metas estipulados, avaliar cada um dos objetivos e metas, qualificando-os conforme os indicadores estabelecidos, bem como a comparação entre o que foi executado (real) e o planejado servirá de base para ações corretivas que se mostrarem necessárias. Como qualquer outro plano, o PDC também não é um documento inflexível e deve estar aberto a ajustes, propõe-se, pois, que o PDC seja revisado apenas uma vez na metade do período de vigência, estando este em sintonia com o PDI.

16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no planejamento do Campus Conceição do Araguaia obedece a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do IFPA (PGIRC), a aprovação da Resolução nº 188/2017-CONSUP-IFPA, que estabelece que o modelo metodológico adotado pelas unidades do IFPA na gestão de risco deve ser estruturado com base no COSO ERM *Framework*, na ABNT NBR ISO 31000, na ABNT NBR ISSO/IEC 31010 e em boas práticas, composto de 8 componentes (etapas), sendo que o fluxo entre as componentes deve seguir um processo cíclico, visando a implementação de melhorias, conforme o modelo retratado na figura a seguir:

Figura 5 - Componentes adotadas na gestão de riscos.



Fonte: DPDI, (2020).

a) Ambiente Interno

O ambiente interno compreende, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos.

Tais elementos são observados no âmbito geral do IFPA por meio das regulamentações aprovados pelo CONSUP, onde se destacam o Estatuto (Resolução nº 148/2016 – CONSUP, de 08 de setembro de 2016) e o Regimento Geral (Resolução nº 399/2017-CONSUP, de 11 de setembro de 2017), bem como o Regimento Interno da Comissão de Ética (Resolução nº 016/2017 – CONSUP, de 24 de janeiro de 2017), que integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública (CEP).

Em relação às normas internas do Campus que visam à organização, tem-se a aprovação do organograma institucional por meio da Resolução 105/2020 - CONSUP.

b) Fixação de Objetivos

Este componente compreende a definição e explicitação de objetivos que estejam alinhados à missão e à visão da organização, sendo necessário para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução.

Os objetivos estratégicos do Campus Conceição do Araguaia para os exercícios de 2019 a 2023, foram definidos e estão explicitados no Quadro 01. Anualmente, também poderão ser acrescentados novos objetivos, indicadores e metas no planejamento do Campus, sendo que a estes também pode haver riscos associados, os quais também deverão ser geridos, conforme metodologia proposta.

c) Identificação de Eventos

Neste componente, compreende-se a identificação dos riscos, ou seja, a identificação de eventos negativos que possam ocorrer e que impactarão no alcance dos objetivos estabelecidos.

Esta identificação deve ocorrer anualmente, atrelado a formalização do Plano Anual de Metas (PAM) do Campus, e em uma perspectiva de causas e efeitos ocasionados pela provável ocorrência de tais eventos negativos. Na prática, devem ser identificados os riscos atrelados a cada uma das metas estabelecidas para o respectivo ano.

d) Avaliação de Riscos

Esta etapa consiste em avaliar cada risco identificado classificando-o seguindo a tipologia do risco e mensurando o nível sob uma perspectiva de probabilidade, que caracteriza como a chance de ocorrência/consumação do risco, e de impacto, que são as consequências causadas pelo mesmo e afetarão ou impedirão a consecução dos objetivos e metas.

A avaliação deve ocorrer anualmente com a identificação de novos riscos, assim como os riscos que persistirem do ano anterior devem ser reavaliados quanto ao nível em decorrência de possíveis mudanças nas categorias de probabilidade e impacto.

A classificação da tipologia do risco e a mensuração da probabilidade e impacto, deverão seguir as categorias e escalas, respectivamente, estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos do IFPA.

e) Resposta a Riscos

A partir da avaliação dos riscos e do apetite de risco definido, foram elencadas as respostas a serem adotadas para cada risco mapeado. Ou seja, qual será a postura a ser adotada pelo IFPA diante do risco identificado e avaliado. As respostas podem variar entre:

Eliminar: Promover ações que evitem a ocorrência ou eliminem as causas e/ou efeito, de modo que não impactem nos objetivos;

Aceitar: Conviver com o risco mantendo práticas e procedimentos existentes, considerando a impossibilidade de adoção de novas medidas ou que o curto não compense;

Reduzir: Adotar medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou os impactos causados, de modo quando ocorra não impacta severamente nos objetivos;

Compartilhar: Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, terceirização da atividade, etc.).

O apetite ao risco é um nível de risco que a organização está disposta a aceitar. Em termos práticos, é o limite toleráveis de exposição aos riscos identificados, considerando-se o nível de risco atribuído na avaliação, sem que sejam tomadas medidas de tratamento para eliminar, reduzir ou compartilhar. O Campus irá seguir o apetite de risco estabelecido pelo CGRCI na definição das respostas ao risco.

f) Atividade de Controles Internos

Consiste na definição das políticas e dos procedimentos executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.

Os procedimentos de controle da gestão deverão ser definidos anualmente no PAM, tanto para os riscos vinculados aos objetivos e metas do PDC, quanto a outros objetivos e metas que poderão ser estabelecidos pelas unidades em seus respectivos planos.

g) Informação e Comunicação

Durante todo o processo de gerenciamento dos riscos as informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos.

h) Monitoramento

Em relação ao monitoramento, este tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.

Os registros das etapas de identificação, avaliação, resposta aos riscos e controles internos serão realizadas por meio do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP), sob orientação e monitoria de Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional do Campus (SPDAI), que deverá reportar eventuais desconformidades ao CGRCI do IFPA para que sejam tomadas as medidas necessárias ao saneamento de tais desconformidades, seguindo o disposto na IN nº 24/2020/ME.

CONCLUSÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus Conceição do Araguaia é um instrumento de vital importância para o bom direcionamento das atividades e projetos do Campus. Para o cumprimento dos objetivos, foram estabelecidos indicadores e metas, algumas de responsabilidade somente de uma ou de outra unidade.

Este foi construído com a participação de todos os segmentos do Campus, de forma coletiva, transparente e democrática. Dessa forma, todos os servidores e alunos deverão contribuir, de forma integrada, para o alcance dos objetivos propostos. É necessário que cada segmento, setor, servidor, discente, observe em qual objetivo, indicador ou meta ele se insere, para então trabalhar para o alcance dos resultados esperados.

Além disso, em 2021, este documento foi revisado, uma vez que o ensino passou por um processo de reconfiguração devido à Covid-19, adequando-se ao ensino remoto para que o processo de ensino e aprendizagem não fosse interrompido. Dessa forma, fez-se necessário adequar metas e indicadores para atendimento do contexto atual.

Portanto, este documento vem consolidar uma proposta balizada em preceitos técnicos fundamentais para que se tenha uma instituição forte, consolidada e antenada. Com uma política alinhada à identidade dos seus alunos, professores, técnicos administrativos, equipe pedagógica, pessoal de apoio e a comunidade em que está inserida.

Diante do exposto, a partir dos objetivos, indicadores e metas propostos, o PDC direciona o Campus a ser uma instituição de excelência não somente nos seus processos finalísticos, mas também no que tange à gestão dos processos meio.

Por fim, este instrumento será cadastrado no SIGPP permitindo à comunidade acadêmica o seu acompanhamento, também estará disponível no site do Campus, informações e relatórios de execução permitindo que todos tenham acesso e conhecimento do plano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. Brasília,DF: Senado, 1988.

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília,DF. Publicada em DOU de 19 de março de 1998.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília e dá outras providências. Brasília, DF. Publicado em DOU de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Plano de carreira dos técnicos administrativos, alterada pela lei nº 11.784/2008. Brasília, DF. Publicado em DOU de 12 de janeiro de 2005, Seção 1, p. 6

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília e dá outras providências. Brasília, DF. Publicado em DOU de 30 de dezembro de 2008, p. 1

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Estruturou, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, DF. Publicado em DOU de 31 de dezembro de 2012, Seção 1, p. 1

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm

_____. Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Brasília, DF. Publicado no DOU de 18 de abril de 2016, Seção 1, p. 37.

IFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Disponível em <https://ifpa.edu.br/ultimas-noticias/1061-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>

_____. Resolução nº 41 – CONSUP/IFPA, de 21 de maio de 2015. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

_____. Resolução nº 111 – CONSUP/IFPA, de 19 de agosto de 2015. Cria as áreas de abrangência do Campus. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

_____. Resolução nº 147 – CONSUP/IFPA, de 08 de setembro de 2016. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFPA. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

_____. Resolução nº 148 – CONSUP/IFPA, de 08 de setembro de 2016. Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

_____. Resolução nº 160 – CONSUP/IFPA, de 27 de novembro de 2015. Aprova a Resolução que regulamenta a atividade de pesquisa e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtros_busca.jsf.

_____. Resolução nº 161 – CONSUP/IFPA, de 27 de novembro de 2015. Aprova a Resolução que regulamenta o Programa Institucional de Estímulo ao Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

_____. Resolução nº 174 – CONSUP/IFPA, de 25 de abril de 2017. Estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

_____. Resolução nº 190 – CONSUP/IFPA, de 21 de dezembro de 2020. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal do Pará, que regulamenta as atividades da administração superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a instituição. Disponível em: <https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/anexos/regimento-retificado-2020-12-21.pdf>

_____. Resolução nº 188 – CONSUP/IFPA, de 02 de maio de 2017. Regulamenta a Política de Gestão da Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão (PGIRC), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

_____. Resolução nº 105 – CONSUP/IFPA, de 03 de julho de 2020. Cria a Estrutura Organizacional do Campus Conceição do Araguaia do IFPA, com vistas à padronização de

funções e atribuições. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/5662-campus-conceicao-do-araguaia-organograma/file>

_____. Resolução nº 327 – CONSUP/IFPA, de 10 de julho de 2017. Dispõe sobre a Política de Arte, Cultura, Esporte e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/coligiados/filtro_busca.jsf

_____. Resolução nº 328 – CONSUP/IFPA, de 10 de julho de 2017. Define a Política Institucional, e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.